

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

NÚRIA VALDENIZE DE SOUZA

**AS CAUSAS DOS CONFLITOS ARMADOS DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA
PÓS-GUERRA FRIA**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

NÚRIA V. DE SOUZA

**AS CAUSAS DOS CONFLITOS ARMADOS DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA
PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de (Relações Internacionais) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Relações Internacionais).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schütz

Santana do Livramento

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

S797c Souza, Núria Valdenize

AS CAUSAS DOS CONFLITOS ARMADOS NA REPÚBLICA CENTRO
AFRICANA / Nuria Valdenize Souza.

88 p.

Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade Federal
do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019.

"Orientação: Nathaly Silva Xavier Schutz".

1. Republica Centro Africana. 2. Conflitos na África.
I.Título.

NÚRIA V. DE SOUZA

**AS CAUSAS DOS CONFLITOS ARMADOS DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA
PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: __/__/____.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schütz
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. ^a Dr. ^a Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardin
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTO

Agradeço enormemente a Deus e todos os espíritos bons, encarnados e desencarnados que me enviaram boas energias. Dou graças ao Senhor por me dar forças para conseguir enfrentar as dificuldades e alcançar mais essa fase na minha vida.

Sou grata, com todas as minhas forças à minha família, José Geraldo, Maria Nilda, Núbia e o Kawan. Eles lutaram ao meu lado me dando forças para continuar, me incentivaram e apoiaram todo o momento, não me deixando desistir. Gostaria que eles soubessem que sem eles e o apoio e vibrações positivas deles este trabalho não seria possível para mim. A companhia da minha família, mesmo que de longe; as longas conversas, consolo e amor foram o combustível para eu não desistir. Vocês são tudo na minha vida!

Agradeço à minha orientadora, Nathaly Xavier Schütz, por ter aceitado me acompanhar e orientar neste trabalho. Por suas considerações, dedicação, capacidade, profissionalismo, ética e paciência.

Embora já tenha citado seu nome anteriormente, tenho a necessidade de dedicar um agradecimento especial a minha irmã e grande amiga que me aguentou em todos os momentos de choro desespero, depressão e crises ansiedade, sempre me confortando e cuidando tão bem de mim. Sofrendo e sorrindo comigo. Sou eternamente grata pela atenção, carinho, pelas orientações e paciência. Obrigada por existir em minha vida.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas e amigos que me acompanharam em todo o trajeto do curso, que ajudaram em minha evolução moral e intelectual com as longas e diversas discussões. Obrigada pelo carinho e companheirismos de vocês e paciência com minha falta de tempo frequente.

Agradeço aos trabalhadores do NINA/NuDE, em especial a Mariana e Ruth, as quais tive mais contato, pelo carinho, conselhos e ensinamentos.

À universidade eu só posso demonstrar minha imensa gratidão, porque sem uma universidade gratuita eu não teria meios de chegar a um curso de graduação. Agradeço a oportunidade de morar em uma casa federal, que a moradia estudantil João de Barro, pois não teria meios de me sustentar aqui sem esse auxílio.

Sou grata aos companheiros da moradia pela paciência e companhia.

A todos os professores eu agradeço a dedicação e orientação cheia de conhecimento.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

Que venha o futuro!

RESUMO

O presente trabalho tem como o objetivo geral analisar as causas dos conflitos armados na República Centro Africana depois da Guerra Fria, com ênfase na atuação dos países vizinhos e Estados não africanos, bem como, tensões ocorridas pelos golpes de Estado para o agravamento da situação interna do país. Para tal, a pesquisa adota o método Hipotético-dedutivo. A partir da percepção de que as fronteiras porosas da RCA facilitam o transbordamento dos assuntos dos vizinhos para dentro do país e vice-versa. Conflitos nos Estados que fazem fronteiras com a República Centro Africana são capazes de desestabilizá-la, sem falar na ingerência de países vizinhos em assuntos políticos, como apoio a golpes de Estado e fortalecimento de grupos de rebeldes para sustentar ideologias por meio da força das armas. Além disso, países não africanos, por interesses econômicos, principalmente, interferem em assuntos internos da RCA desestabilizando o Estado africano em benefício próprio.

Palavras-chave: República Centro Africana; conflitos; ingerência; golpes de Estado

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo analizar las causas de los conflictos armados en la República Centroafricana después de la Guerra Fría, con énfasis en las acciones de los países vecinos y los Estados no africanos, así como las tensiones causadas por los golpes de estado para agravar la situación interna del país. Para tal, la investigación adopta el método hipotético-deductivo. Desde la percepción de que las fronteras porosas de la RCA facilitan el desbordamiento de los asuntos vecinos en el país y viceversa. Los conflictos en los Estados que bordean la República Centroafricana son capaces de desestabilizarla, sin mencionar la interferencia de los países vecinos en los asuntos políticos, como el apoyo a los golpes de estado y el fortalecimiento de los grupos rebeldes para sostener las ideologías mediante la fuerza de las armas. Además, los países no africanos, principalmente debido a intereses económicos, interfieren en los asuntos internos de la República Centroafricana, desestabilizando al Estado africano para su propio beneficio.

Palabras clave: República Centroafricana; conflictos; injerencia; golpes de Estado.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	14
2.DO INÍCIO DA PENETRAÇÃO À COLONIZAÇÃO	17
2.1- A penetração no continente africano	17
2.2- A Conferência de Berlim.....	21
2.3- Os tratados de 1885 a 1902	26
2.4- A política colonial da França.....	30
2.5- Colonização na República Centro-Africana.....	32
2.6- Considerações finais do Capítulo	34
3. DA INDEPENDÊNCIA AOS GOLPES	36
3.1- Considerações finais do Capítulo	50
4. CONFLITOS NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA: PRIMEIRA, SEGUNDA GUERRA CIVIL E INTERVENÇÕES EXTERNAS.....	52
4.1- Primeira guerra civil.....	52
4.2- Segunda guerra civil.....	64
4.3- Interferência dos atores externos na instabilidade da RCA.....	66
4.4- Considerações Finais do Capítulo	73
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

1.INTRODUÇÃO

A República Centro Africana está localizada no coração do continente africano, rodeada por seis países, são eles: Chade, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo, República do Congo e Camarões. O país possui reservas de urânio, ouro, diamante, petróleo e madeira, principalmente e ainda assim é um dos países mais pobres do mundo, com uma população de mais de cinco milhões de pessoas segundo a CIA (2018).

A República Centro Africana (RCA) tem passado as últimas décadas por variados conflitos internos, culminando, na atualidade, em duas Guerras Civis. Esses conflitos vêm devastando o país, intensificando a situação que já era crítica de pobreza, escassez na educação e quase inexistente sistema de saúde. A violência na RCA é frequente e envolve diversos elementos históricos que combinados tornaram o país mais suscetível a insurgências armadas. Assim, apresenta-se neste trabalho algumas causas dos conflitos armados na RCA.

A RCA foi colonizada pela França. Essa colonização foi apoiada na coerção e violência com a intenção dominar os povos da região e dessa forma, explorar os recursos naturais. Os franceses reforçaram rivalidades étnicas entre os cidadãos centro-africanos; intensificaram as divisões sociais, fortaleceram a exclusão política e religiosa. (SENA, 2012)

Os centro-africanos lograram no ano de 1960 a independência do país e a partir daí passaram por muitas crises políticas, governos autoritários, corrupção e golpes de Estado.

Essas tensões se veem exacerbadas por diferenças étnicas, religiosas e regionais. A República Centro Africana conta com mais de 80 grupos étnicos, segundo Alusala (2007), existem variados grupos religiosos no país, como: protestantes, católicos, religião muçulmana e crenças indígenas. E a atenção do governo a determinadas regiões varia de acordo com governantes e seus interesses.

Os países vizinhos da RCA, como Chade, Sudão, Líbia, principalmente, e alguns Estados fora do continente como França e China, têm uma relação bem próxima e frequente com o país centro-africano. Constantemente, interferem em assuntos políticos, econômicos e de segurança da RCA, nem sempre com intenção de auxiliar nos problemas africanos, muitas vezes por interesses próprios. Dessa forma, o problema de pesquisa pauta-se no seguinte questionamento: a ingerência

externa, ou seja, a intervenção ou intromissão em ações, processos e/ou decisões cuja responsabilidade compete a terceiros, tanto dos países vizinhos como a de Estados não africanos, agravam a situação interna do país?

Nesse sentido, assume-se como hipótese de pesquisa que as fronteiras porosas da RCA facilitam o transbordamento dos assuntos dos vizinhos para dentro do país e vice-versa. Conflitos nos Estados que fazem fronteiras com a República Centro Africana são capazes de desestabilizá-la, sem falar na ingerência de países vizinhos em assuntos políticos, como apoio a golpes de Estado e fortalecimento de grupos de rebeldes para sustentar ideologias por meio da força das armas. Além disso, países não africanos, por interesses econômicos, principalmente, interferem em assuntos internos da RCA desestabilizando o Estado africano em benefício próprio.

Este trabalho se justifica na criação de referências para os pesquisadores que buscam sobre os impactos negativos que os países vizinhos e outros Estados não africanos causam na República Centro Africana. Espera-se que este chame a atenção de acadêmicos e pesquisadores, em geral, para a busca do conhecimento e entendimento dos conflitos constante na República Centro Africana.

A RCA é complexa no que se refere à política, economia e sociedade, por isso busca-se entender as causas que levaram a vários golpes de Estado os quais causaram grande instabilidade no país e fez com que ele se arraste por décadas nessa situação de inúmeros confrontos, chegando a duas guerras civis que se estende até a atualidade devastando o país e agravando a situação de pobreza.

Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as causas dos conflitos armados na República Centro Africana depois da Guerra Fria, com ênfase na atuação dos países vizinhos e Estados não africanos, bem como, tensões ocorridas pelos golpes de Estado para o agravamento da situação interna do país. Desse modo, traça-se os objetivos específicos: identificar os conflitos armados na República Centro Africana pós-Guerra Fria; analisar os golpes de Estado; verificar os interesses dos atores estatais africanos e não africanos na instabilidade da República Centro Africana.

O método utilizado na elaboração do trabalho hipotético-dedutivo, pois possui um problema e também uma hipótese a ser verificada, assim, por meio deste procedimento foram analisadas as causas dos conflitos armados na República Centro Africana no pós-Guerra Fria. Para a execução do trabalho se fez necessário

recorrer à técnica de pesquisa bibliográficas. Utilizou-se como ferramentas os livros disponíveis nas bibliotecas bem como artigos extraídos da internet e notícias.

Desse modo, o presente trabalho se estrutura em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo trata da penetração no continente africano, quando os primeiros colonizadores invadiram as terras do continente; aborda a Conferência de Berlim que ocorreu entre os anos de 1884 e 1885 ; percorre o assunto sobre os tratados bilaterais, entre europeus que negociavam entre eles territórios na África e tratados entre nacionais africanos e europeus, ocorridos no ano de 1885 até 1902. O capítulo também aborda da resistência dos africanos à colonização e exploração das grandes potências europeias; versa a política colonial francesa para o continente, assim como a exploração e interesses e finalmente explana sobre a colonização da República Centro Africana.

O segundo capítulo fala da luta de Boganda, importante líder Africano, para a independência do país lograda em 1960 um ano depois de sua morte. Assim quem foi o primeiro a governar a RCA foi seu primo de tribo, David Dacko que foi deposto pelo general Jean Bedel Bokassa, líder autoritário que se autoproclamou Imperador Bokassa. Por todas suas atrocidades sofreu um golpe orquestrado pelo seu antecessor David Dacko, que assumiu novamente o governo e pela segunda vez foi deposto, dessa vez pelo Kolingba que por seu turno foi retirado por um golpe e, dessa forma, assume Ange-Félix Patassé que teve um longo governo até sua retirada, mais um golpe de Estado na RCA. François Bozizé assumiu o país e acendeu a esperança do povo centro-africano, porém a turbulência aumentou e em 2013 ele sofreu o golpe e fugiu do país, Djotodia assume e não foi capaz de conter as insurgências e então renúncia e a partir daí não ocorre mais golpes. Catherine Samba-Panza governou o país provisoriamente, após Djotodia, e foi substituída pelo atual presidente Faustin-Archange Touadéra.

Finalmente o terceiro e último capítulo aborda a primeira e segunda Guerra Civil Centro-Africana além de abordar as intervenções de outros países na RCA. O conflito da primeira guerra civil da RCA estourou no período em que François Bozizé era o presidente, do ano de 2003 até 2013 e a segunda se iniciou no governo de Michel Djotodia de 2013 a 2014, foram mais de dez anos de guerras. O terceiro ponto abordado no capítulo foi que vários países são responsáveis direto e indiretamente pela instabilidade da RCA. Guerras de países vizinhos como Sudão e Chade, que comungam fronteiras com a República Centro Africana, transbordaram

para o país e intensificaram a situação crítica centro-africana. Outros países ainda na África, têm inúmeros rebeldes penetrando o território da RCA por suas fronteiras porosas e causando o caos. Países fora do continente exploram a fragilidade do país para desenvolver e manter prósperos seu sistema econômico.

1.1 Considerações Teóricas

É de suma importância a definição de alguns conceitos recorrentes neste trabalho, como o de Guerra Civil em que Wongang esclarece que:

the common scholarly definition has two main criteria. The first says that the warring groups must be from the same country and fighting for control of the political center, control over a separatist state or to force a major change in policy. The second says that at least 1,000 people must have been killed in total, with at least 100 from each side. (WONGANG. 2006. s/p.).¹

O autor supracitado divide a definição de Guerra Civil em dois critérios principais. Dessa forma, o primeiro ponto que ele tange é o motivo da luta, que é o controle do centro político e o povo que luta deve ser da mesma nacionalidade. O segundo critério se trata do número de mortos devido o conflito, tendo que haver, pelo menos 1.000 mortos no total e no mínimo 100 pessoas de cada lado.

Gersovitz e Kriger não concordam em tudo da definição de Guerra Civil acima. Para os dois autores,

A civil war is not just a sufficiently large group of people over a sufficiently long time who make trouble for the government and undermine security, such as large drug cartels, because they do not aim to possess the monopoly of force. Civil wars must entail large-scale and sustained internal political violence to distinguish them from intense but limited episodes of political violence that contest the monopoly of force, such as political assassinations, mutinies, or coups. Civil war violence may involve external actors, but the violence occurs within the boundaries of a country and predominantly involves internal actors. (GERSOVITZ E KRIGER, 2013, p. 161)²

¹ “A definição acadêmica comum tem dois critérios principais. A primeira diz que os grupos em guerra devem ser do mesmo país e lutar pelo controle do centro político, controlar um Estado separatista ou forçar uma mudança importante na política. O segundo diz que pelo menos 1.000 pessoas devem ter sido mortas no total, com pelo menos 100 de cada lado.” (Tradução nossa)

² Uma guerra civil não é apenas uma guerra suficientemente grande em grupo de pessoas durante um período suficientemente longo que cria problemas para o governo e mina a segurança, como os grandes cartéis de drogas, porque eles não têm como objetivo possuir o monopólio da força. As guerras civis devem implicar em larga escala e sustentada violência política internacional para distingui-los de episódios intensos, porém limitados, de violência litigiosa que contesta o monopólio da força, como assassinatos políticos, motins ou golpes. A violência da guerra civil pode envolver atores.

Assim, para Gersovitz e Kriger, não basta ser um numeroso grupo de pessoas que se envolvem em conflitos de longa duração e enfraquecem a segurança nacional. Uma Guerra Civil deve envolver conflitos violentos políticos internos em busca do monopólio da força, podendo conter o envolvimento de atores não nacionais, desde que seja a maioria nacionais e sendo limitada às fronteiras de um determinado país.

Outro termo muito utilizado neste trabalho que merece esclarecimento quanto a sua definição é o Golpe de Estado, que para Powell e Tayne é: "illegal and overt attempts by the military or other elites within the state apparatus to unseat the sitting executive."³ (POWELL e TAYNE, 2011, p. 252)

Dessa forma, para os autores acima, o Golpe de Estado são ações ilegais de pessoas que estão dentro do aparato estatal com o intuito de derrubar o líder, da nação, em exercício.

Já Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino não são tão sucintos em sua definição:

1)Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.

2)As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.

3)O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe.

4)Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.

5)Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p.547)

Para os autores, o significado da expressão mudou com o decorrer do tempo. As diferenças vão desde quem faz, para como se faz. Na atualidade é mais comum externos, mas a violência ocorre dentro dos limites de um país e envolve predominantemente atores domésticos golpes de Estado realizados por militares ou pelas forças armadas, no passado era comum eles serem feitos por órgãos do

³ "tentativas ilegais e explícitas dos militares ou de outras elites dentro do aparato estatal de destituir o executivo em exercício". (Tradução nossa)

Estado. Suas consequências são, com frequência a deposição do líder da nação e logo em seguida se reforça a segurança do Estado e uma aliança política mais numerosa é formada, uma vez que após o golpe, naturalmente banem-se os partidos políticos.

O conceito de Estado também se faz necessário para melhor entendimento deste trabalho. Assim, Nicolau Maquiavel, em “O Príncipe”, conceitua Estado da seguinte forma:

Estado é uma organização política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. (Maquiavel, 1513. p.13)

Maquiavel nos esclarece que Estado tem um território definido e este é regido por leis escritas: a constituição, que é guiada pelo governo.

Para Weber,

o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. (WEBER, 2003. p. 10)

O autor acima vê o Estado como o detentor legítimo da violência com território definido. Weber, explana que o Estado são homens os líderes da nação que dominam a população por meio da violência.

2.DO INÍCIO DA PENETRAÇÃO EUROPEIA À COLONIZAÇÃO

A penetração europeia no continente africano iniciou com Portugal, na busca por uma rota alternativa para alcançar o caminho para as Índias, e logo foi seguido pelas outras potências europeias, principalmente após a descoberta de ouro, cobre, diamantes e outras riquezas naturais. A penetração desencadeou a Conferência de Berlim, processo cujas consequências se fazem sentir até a atualidade. Assim, a Conferência é um grande marco no processo de exploração da África que foi iniciado por volta de 1415. Na Conferência foram discutidas regras para organizar as relações dos europeus dentro do continente africano. Depois das reuniões em Berlim, a corrida ao continente africano foi acelerada, o mapa do espaço ganhou novo recorte submetido ao controle europeu com o consentimento de chefes de tribos locais (BRUNSCHWIN, 2015; HERNANDEZ, 2008).

Os dirigentes de tribos foram essenciais no momento do partilhado continente, pois, por meio de tratados com esses nativos os europeus asseguravam sua influência no território a ser explorado. Havia também tratados entre europeus para negociar terras africanas. Assim, os tratados foram muito importantes para os europeus que buscavam dominar o continente africano, pois, dessa forma, poderiam diminuir os atritos entre europeus e estes com os nativos (BRUNSCHWIN, 2015).

A França conseguiu firmar mais de 200 tratados dentro da África. A potência europeia para dominar os africanos subjugava a cultura, idioma, costumes e as etnias dos colonizados e assim, ensinavam os costumes europeus e os obrigavam a trabalhar nas terras exploradas; servir ao exército europeu e pagarem uma série de impostos. Na RCA, a França manteve seu domínio por décadas, até o ano de 1960 ano em que os centro-africanos lograram sua independência (BOAHEN, 2010; TRAJANO FILHO e DIAS, 20015)

2.1- A penetração no continente africano

A conquista territorial, a exploração econômica e o domínio político do continente africano na Modernidade tiveram início com o avanço das grandes navegações que se desenvolveram pela necessidade de rotas alternativas para se chegar ao Oriente e de mercados consumidores e produtores. Primeiramente,

Portugal foi o principal colonizador da África entre os séculos XV e meados do XIX, seguidos de Holanda, França e Inglaterra.

Quando os turcos Otomanos tomaram o comando do mar Mediterrâneo, o comércio entre Europa e Ásia declinara subitamente, o preço das mercadorias cresceu por causa das taxas que começaram a serem aplicadas. Dessa forma, se fez necessário buscar um outro meio de chegar ao Oriente sem ter que passar pelo mar Mediterrâneo e Constantinopla (REZENDE, 2001).

A solução encontrada para suprir a necessidade de trigo, metais preciosos e especiarias, seria, então, contornar o Cabo da Boa Esperança para alcançar as Índias, como era conhecida a região oriental com a qual faziam comércio. Aproveitando sua posição geográfica favorável, vasto litoral próximo ao Oceano Atlântico e à África, Portugal se torna o pioneiro da expansão marítima com o financiamento da Coroa Portuguesa (PEREIRA, 2007).

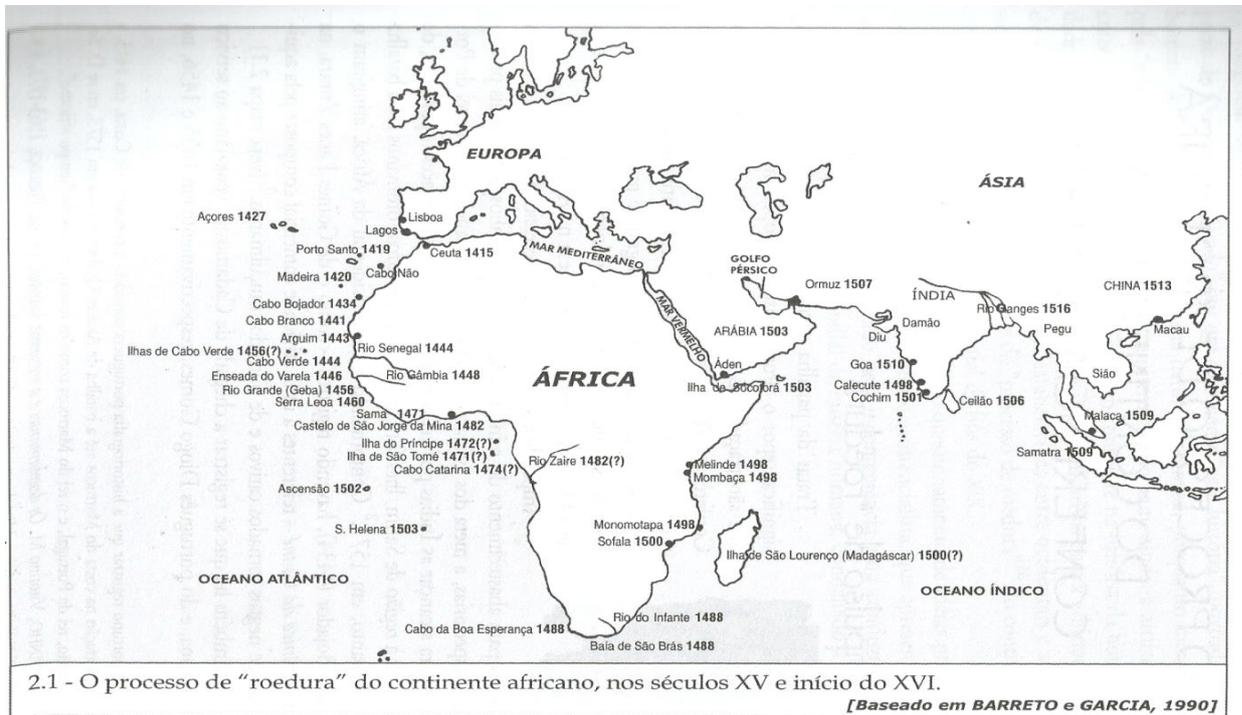
Assim, a partir do século XV, os oceanos deixaram de ser vistos como elemento de isolamento e passaram a ser um canal de ligação entre os continentes, possibilitando o desenvolvimento de uma nova organização geopolítica, pois, nesse momento, desabrocham dois grandes impérios ultramarinos europeus: Portugal e Espanha (PENHA, 2011).

Portugal inicia sua penetração no continente africano em 1415 por Ceuta, localizada na desembocadura oriental do estreito de Gibraltar, pois já tinha ciência de sua importância estratégica. A entrada em Ceuta não foi pacífica, houve a necessidade de alguns combates até a conquista do porto marroquino. Tal conquista significou uma possível saída da crise econômica em que Portugal se encontrava (COSTA e SILVA, 2002; NIANE, 2010).

Já no território africano, os portugueses avançam pelo Oceano Atlântico alcançando toda a costa ocidental do Continente. Houve muitas dificuldades, como narra Eli Alves Penha:

[...] os progressos foram lentos e difíceis. Para ultrapassar o Cabo do Bojador, ao sul do Marrocos, tido como obstáculo Mitológico incontornável, necessitou-se de 15 anos (1419-1434); de Bojador até Gambia (1.500 km) a expedição levou dez anos (1435-1445); levou-se mais 15 anos para percorrer 2.000 km até o Golfo da Guiné; e partindo da embocadura do rio Congo precisou de mais outros seis anos para atingir o Cabo da Boa Esperança (2.500km), alcançados por Bartolomeu Dias em 1488. Dez anos depois (1498), Vasco da Gama atinge enfim a Índia (PENHA, 2011, p.26).

Mapa 1- O processo de roedura do continente africano, nos séculos XV e início do XVI



Fonte: HERNANDEZ (2008)

À medida que o tráfico diminuía, os europeus penetravam mais pelo interior do continente explorando tudo que poderia ter algum valor. Não esquecendo da constante busca dos portugueses pelo ouro, pois, no momento, necessitavam do metal para fazer moeda, já que, se viviam no período do metalismo, a acumulação era fundamental para a estabilidade econômica (COSTA, 2011).

O grande pioneiro da expansão marítima detinha o controle das principais rotas dos escravos, que eram uma fonte de grande lucro para a potência. Portugal tinha presença na costa atlântica e do lado do Índico e, dessa forma, possuía o controle do tráfico com apoio da elite política e comercial africana.

Portanto, o processo de dominação do continente africano se inicia com os portugueses na busca por uma rota alternativa para alcançar o caminho para as Índias. Como já dito, inicialmente superficial, pelo litoral Atlântico e Índico e, posteriormente, penetrando pelo interior do território com o auxílio pretensioso das elites (BORIS FAUSTO, 1995; HERNANDEZ, 2008).

Nesse primeiro momento, a dominação da África parecia não ser atraente e não surtia interesses em aprofundarem-se pelo continente, depois, transformou-se, no decorrer do decênio de 1880, no alvo de brigas de diversos Estados europeus.

Vários fatos contribuíram para tornar a África mais atraente, como: “O descobrimento casual do diamante no Transvaal em 1867, depois o do ouro no Rand em 1881 e do cobre na Rodésia”; entre outros fatores internos (BRUNSCHWIN, 2015, p. 18).

Externamente, ocorreram grandes modificações no sistema econômico europeu, o que tem forte ligação com a mudança de pensamento para a incorporação ao imperialismo. Essa transformação se dá por alguns avanços técnicos nas indústrias, pela utilização de petróleo como fonte de energia, produção em larga escala, desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Ao mesmo tempo, novos Estados desenvolvem suas indústrias e passam a necessitar de mais mercado consumidor (COSTA, 2011).

Portanto, se dera início à colonização moderna, muito distinta da maneira que se fizera no passado. Fixaram companhias, construíram estradas de ferro, tentavam facilitar o acesso ao continente e o transporte de mercadorias; tentavam variados meios que levassem a entendimentos para delimitar as esferas de influências, como, por exemplo, a concessionária Royal Niger Company, que fazia acordos de exploração com os próprios chefes indígenas: no total, somaram 400 tratados (BRUNSCHWING, 2015).

Em meio a essa invasão imperialista no continente africano, a França segue sua expansão desde suas bases já estabelecidas no passado. Avança pelo norte da Argélia até a parte oeste, alcança o Marrocos, depois anexa a Tunísia em 1881. Os dois últimos eram de interesse da Grã-Bretanha, Itália e Alemanha; iniciam-se aí as rivalidades (MACEDO, 2008).

Outros desentendimentos ocorreram entre as nações europeias, dessa vez no Canal de Suez, que pertence ao território do Egito e era administrado por ingleses e franceses. Em 1882, surge uma ação de descontentamento por parte dos egípcios que logo é contida pela Grã-Bretanha, que já se aproveita da situação para distanciar a França do Canal.

Depois da corrida imperial na África, os desentendimentos entre as potências coloniais europeias se tornaram constantes. Portugal se viu em uma situação de ter que disputar com outros colonizadores a posse de algumas regiões. A França, que estava desbravando o continente africano sem muito empecilho, se deparou com a Bélgica, que freou seu avanço. Os países colonizadores estavam tendo dificuldades em ter que dividir o continente entre eles de maneira pacífica. (VELOSO FILHO, 2012)

As competições no continente africano levaram à Conferência de Berlim 1884-1885, grande acontecimento da história imperialista da contemporaneidade. A Conferência usou como justificativa a diminuição dos conflitos na região para defender interesses próprios. Ela conta com vários países europeus, o Império Turco e a presença dos Estados Unidos da América.

2.2- A Conferência de Berlim

Entre as datas de 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, Otto von Bismark presidiu, na Alemanha, o que foi conhecido como Conferência de Berlim. Ela contou com representantes de quinze países. Dentre esses, treze pertenciam à Europa, mais Estados Unidos da América e Turquia. O motivo inicial da conferência foi desencadeado pela disputa da França, Portugal e a Associação Internacional da África do Rei Leopoldo II pela região do rio Congo, nessa disputa, Portugal pode contar com o reconhecimento da Grã-Bretanha, pela reivindicação histórica da hegemonia portuguesa na região do Congo, e assim ambas fizeram um acordo. Porém, França e Alemanha se recusaram a reconhecer o acordo anglo-português, no mês de julho de 1884. Dessa forma, Bismarck, percebendo as desavenças e pensando em suas parcerias estratégicas com outros Estados europeus, para proteger a Alemanha, viu uma oportunidade concretizando a Conferência de Berlim. (DOPCKE, 1999)

A conferência foi organizada pelo argumento de se discutir o tráfico negreiro e questões humanitárias que estavam saindo do controle no continente africano, porém nada disso foi feito, pelo menos de forma aceitável e a nenhum representante do continente africano foi solicitada sua presença para participar das discussões que tratam de assuntos que se referem, diretamente, aos seus territórios. (HERNANDEZ, 2008)

As decisões quanto a esses assuntos foram pouco profundas, sem muita importância naquele momento. Dessa forma, o documento desenvolvido na Conferência de Berlim deu pouca atenção aos objetivos humanitários iniciais, mas estabeleceu “regras” para organizar as relações dos europeus dentro do continente. (MACEDO, 2008).

Assim, na parte inicial da ata da Conferência, os motivos para tal são deixados claros:

Querendo regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; desejo, por outro lado, prevenir os mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse na costa da África, procurando, ao mesmo tempo, com os meios de crescimento de bem-estar moral e material das populações aborígenes [...] (Ata da Conferência de Berlim, 1885. p. 1)

O alemão Bismarck deixou bem claro, em seu discurso de abertura da Conferência de Berlim, três metas: a primeira delas é o livre comércio, seguida pela segunda que se refere à liberdade de navegação em dois dos principais rios africanos, que são os rios Congo e Níger e, em terceiro, a meta de criação e finalização de acordo que regularizem as anexações que viriam a acontecer no continente africano. Assim, desde o início da conferência já se deixou claro que esta não teria o assunto soberania, partilha e nem exigências de posse territorial como ponto principal de discussão. (DOPCKE, 1999)

Na mesma Ata, organizam os pontos mais importantes a serem abordados pelos países presentes nas reuniões da Conferência que seriam esmiuçados em capítulos. Foram organizados para discussão seis pontos:

- 1.º Uma Declaração relativa à liberdade de comércio na bacia do Congo, em suas embocaduras e nos países circunvizinhos, com algumas disposições conexas;
- 2.º Uma Declaração concernente ao tráfico de escravos e às operações que, em terra e por mar, forneçam escravos ao tráfico negroiro;
- 3.º Uma Declaração referente à neutralidade dos territórios integrados na bacia convencional do Congo;
- 4.º Uma Ata de Navegação do Congo, que, levando em conta circunstâncias locais, se estende a esse rio, aos seus afluentes e a todas as águas que lhes são assimilados os princípios gerais enunciados nos artigos 108º a 116º da Ata Final do Congresso de Viena, destinados a regular, entre as Potências Signatárias dessa Ata, a livre navegação dos cursos de água navegáveis que separam ou atravessam vários Estados, princípios convencionalmente aplicados depois a rios da Europa e da América, e, nomeadamente, ao Danúbio, com as modificações previstas pelos tratados de Paris de 1856, de Berlim de 1878 e de Londres de 1871 e 1883.
- 5.º Uma Ata de Navegação do Níger que, tendo em conta igualmente as circunstâncias locais, tornam extensivos a este rio e aos seus afluentes os mesmos princípios inscritos nos artigos 108º a 116º da Ata Final do Congresso de Viena.
- 6.º Uma Declaração que introduz nas relações internacionais regras uniformes relativas às ocupações que poderão ter lugar no futuro nas costas do continente. (Ata da Conferência de Berlim, 1885. p. 2)

O primeiro capítulo da ata referia-se à normatização da livre navegação e liberdade de comércio na bacia do Congo e suas embocaduras excluindo os

“territórios pertencentes atualmente a algum Estado independente e soberano a menos que este lhe dê consentimento para tanto”. (BRUNSCHWING, 2015. p. 81; DOPCKE, 1999 e HERNANDEZ, 2008)

Por sua vez, no segundo ponto, que é referente ao capítulo 2 da Ata, destacava-se a proibição do tráfico de escravos de qualquer raça e de igual maneira. Ficaram proibidas operações por mar ou por terra que oferecessem trabalhadores escravos para tráfico. Assim, ficou declarado que, na região da bacia do Congo, o seu território não poderia servir de via para o tráfico, tampouco de local de mercado. Assim sendo, as potências se comprometeram em se esforçar para frear ou até deter o comércio ilegal de escravos. (BRUNSCHWING, 2015.)

O capítulo terceiro se referia a períodos de guerra, caso haja, que as potências, sejam a soberana ou a que exerça protetorado do território, garanta às outras potências signatárias, mesmo às inimigas, liberdade de circulação, contando que esses comerciantes não estejam comercializando munições ou armamento que possa servir para alimentar o conflito. (BRUNSCHWING, 2015)

Já o quarto e quinto capítulos diziam respeito às Atas de navegação dos rios Congo e Níger. Nelas são garantidos os direitos de livre navegação e comércio, bem como em seus afluentes, ramificações e saídas, mesmo em períodos de guerra. Esses princípios são assegurados de igual maneira, sem distinção, a qualquer sociedade. (BRUNSCHWING, 2015.)

No capítulo seguinte estão presentes os artigos 34 e 35:

Art.34.^o - A Potência que, de agora em diante, tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas possessões atuais, ou que, não as tendo tido até então, vier a adquirir algum, e do mesmo caso a Potência que aí assumir um protetorado, fará acompanhar a Ata respectiva de uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da presente Ata, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se disso for oportuno, as suas reclamações.

Art.35.^o - As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e de trânsito nas condições em que ela for estipulada. (Ata da Conferência de Berlim, 1885. p. 9)

O Artigo 34 da Ata Geral determinava que todo e qualquer Estado europeu em caso de protetorado ou posse de parte do território da colônia deveria deixar cientes os signatários. Essa relação com o território que viria a iniciar era chamada

de esfera de influência, uma doutrina relacionada com o *Hinterland*. Segundo o autor Wolfgang Dopcke, “O chamado conceito de *Hinterland*, considerado pela literatura como um ilimitado direito sobre os territórios do interior atrás da linha costeira depois da ocupação do litoral”. (DOPCKE, 1999, p.84; UZOIGWE, 2010)

O seguinte artigo do mesmo capítulo da Ata Geral da Conferência de Berlim estabelecia que qualquer ocupante de algum território da costa do continente africano deveria assegurar que possuía autoridade necessária para garantir que seriam acatados os direitos tanto de liberdade de comércio quanto de navegação, o que fora denominado como ocupação efetiva. (DOPCKE, 1999)

Dessa forma, esses dois artigos abordam, em suma, dois pontos centrais: o direito de se manter nos territórios e a autoridade sobre a região conquistada. A respeito disso, existem dois pontos de vista: o de Portugal, que iniciou a roedura e já possuía colônias pela costa do continente africano a largo tempo e lutava pela ideia de que só por tê-las penetrado, antes dos outros europeus, se tem o direito à posse. Por outro lado, as colonizadoras tardias do continente africano, como, por exemplo, a Alemanha, que defendiam a posição de que potências que fossem capazes de desenvolver e investir no local, teriam o direito de ocupá-lo. (BRUNSCHWIN, 2015 e UZOIGWE, 2010)

A Ata ainda deixava em aberto, no artigo 36º do Capítulo VII, referente às disposições gerais, que a área a se descobrir pudesse ser contemplada por meio de tratados que demarcariam as áreas do continente africano. Tal processo se arrastou até o pós-Primeira Guerra Mundial. (BRUNSCHWIN, 2015)

No século XX, o novo desenho do mapa do continente africano já estava praticamente concluído, as fronteiras recortadas naquele período se conservam quase, por sua totalidade, até os dias de hoje. Assim, não respeitaram a religião, cultura e história dos povos africanos; passaram por cima de seus direitos. (BRUNSCHWIN, 2015; HERNANDEZ, 2008 e UZOIGWE, 2010)

Mapa 2 - A partilha da África



Fonte: Blogspot geopteinter.com, 2015.

A Conferência de Berlim chegou ao fim a 26 de fevereiro de 1885, depois de mais de três meses de discussões, sem sequer questionar ou se interessar pelas vontades dos nativos africanos. Foram 15 países participantes de uma Conferência que tratava assuntos referentes ao continente e nenhum representante da África fora convidado. Depois das reuniões em Berlim, “a corrida ao continente africano foi acelerada, num gesto inequívoco de violência geográfica por meio do qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa para ser explorado e submetido a controle.” (HERNANDEZ, 2008, p.64) A ideia de colônia ficou popular em meio à opinião pública. A “ocupação efetiva” que foi tratada no artigo 35, limitada à região costeira da África, ganhou mais relevância no período da divisão do interior do continente. (DOPCKE, 1999)

2.3- Os tratados de 1885 a 1902

Os Estados europeus já mantinham zonas de influência na África antes da Conferência de Berlim, elas eram criadas por meio da “instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos” (UZOIGWE, 2010. p.35). Nesse momento, os tratados se tornaram essenciais para oficializar a partilha. Pode-se dividir em dois os tipos de tratados: os tratados bilaterais, entre europeus que negociavam, entre eles, territórios na África; e os tratados entre nacionais da África e europeus. (HERNANDEZ, 2008; UZOIGWE, 2010)

Na corrida pela África, os tratados com os chefes africanos se multiplicaram. Para se ter ideia da dimensão, só a França, no período de 1819 e 1890, firmou 344 tratados com os líderes locais. A Inglaterra, com suas grandes companhias, não ficou para trás, se tratando de acordos. Por exemplo, a Royal Niger Company, na sua existência de mais de dez anos, conseguiu celebrar com os africanos aproximadamente quatrocentos tratados. Outro exemplo de acordo entre africanos e europeus foi o da companhia britânica Imperial British East Africa Company (IBEAC) e Buganda. Nesse acordo, o líder, Mwanga II, suplica por ajuda para recuperar seu trono e em troca promete muito marfim e tudo o que a IBEAC desejar sob a autoridade do líder africano. Mwanga II não abriria mão de sua soberania, porém a intenção dos europeus era exatamente passar por cima de sua autoridade e oferecer uma proteção que não tinham a capacidade de cumprir. (BITTENCOURT, 2003; MACEDO, 2008; UZOIGWE, 2010).

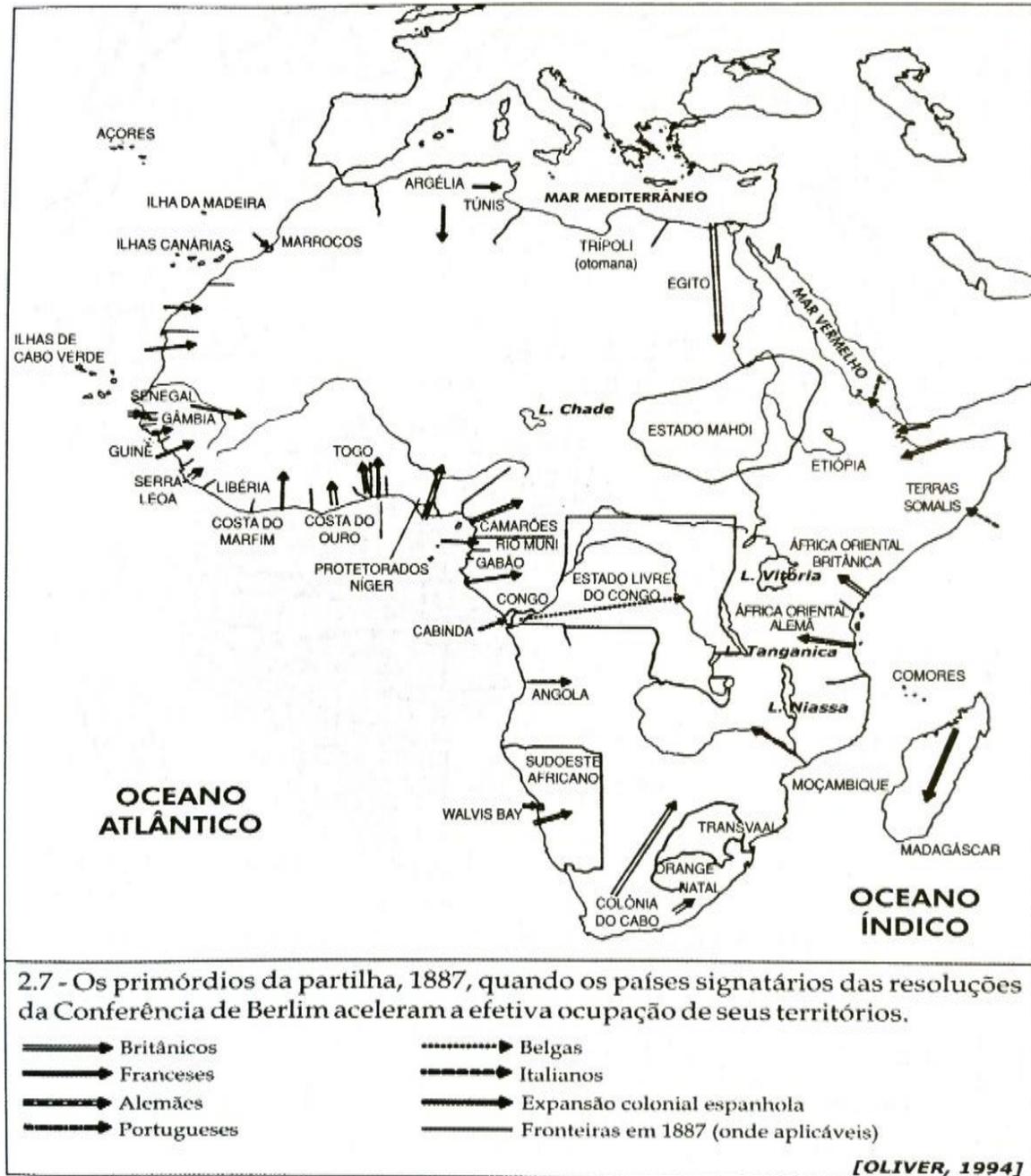
Os líderes africanos tinham alguns motivos que justificavam acordos feitos com os europeus,

em certos casos, aspiravam a estabelecer relações com os europeus na esperança de tirar daí vantagens políticas relativamente a seus vizinhos. Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania. Este último também podia desejar um tratado, contando utiliza-lo para manter em obediência os súditos recalcitrantes. Por fim, certos Estados africanos imaginavam que, celebrando um tratado com um país europeu, salvaguardariam a independência ameaçada por outras nações europeias. Fosse qual fosse o caso, os tratados políticos afro-europeus desempenharam importante papel na fase final da partilha da África. (UZOIGWE, 2010. p.36)

Assim, os tratados afro-europeus muitas vezes eram fraudes, acordos enganosos arquitetados por ambas as partes, porém, não na mesma proporção. Frequentemente as potências europeias prometiam o que não podiam cumprir e, além disso, subordinavam e exploravam o território e as pessoas. Líderes africanos aceitavam pólvoras, tecidos, álcool, entre outros bens de pouco valor, em troca de grandes faixas de terras a serem exploradas por europeus e muitas vezes essas terras não existiam. Esses acordos fraudulentos, com frequência, resultavam em resistência do povo africano para defender sua soberania e ataques violentos por parte dos europeus. (BRUNCHIWIG, 1993; BITTENCOURT, 2003; MACEDO, 2008).

No âmbito de acordos bilaterais, após a Conferência, muitos foram firmados para complementar a divisão do continente africano, como pode ser notado no mapa 3. Como exemplo, o que “talvez seja a primeira aplicação a sério da teoria das esferas de influência nos tempos modernos” (UZOIGWE, 2010. p. 38), o tratado anglo-alemão do ano de 1885. Nele estavam definidas “zonas de intervenção”, pertencentes a ambos os países. (UZOIGWE, 2010; HERNANDEZ, 2008).

Mapa 3 - Ocupação do território 1887



Fonte: OLIVER (1994)

Assim, os tratados foram de suma importância para a dominação europeia sob o continente africano. Pois com a corrida imperialista dos Estados europeus em busca de territórios para explorar houve muitos atritos e desentendimentos entre as potências, dessa forma, para evitar ou até diminuir os impasses entre esses Estados que buscavam por espaços na África, foi necessário firmar acordos entre eles para definir a área de dominação de cada um. Por outro lado, diante da resistência dos nativos africanos e para otimizar os ganhos aumentando a boa vontade dessas

pessoas, pelo menos no início do contato, se fez necessário firmar tratados entre europeus e os chefes de tribos africanas.

No século XIX, as nações europeias em sua corrida imperialista aceleraram a invasão ao continente africano. Com a Conferência de Berlim em que a conquista e a ocupação foram efetivadas, a população africana se deparou com uma enxurrada de europeus invadindo seus territórios e ameaçando a sua soberania, destruindo a legitimidade dos líderes, inserindo ideias religiosas diferentes e rechaçando a religiosidade pregada no local; explorando economicamente terras e povos, e reprimindo as manifestações culturais. Assim, foram diversos os motivos que se pode perceber como causas das resistências africanas nesse período. (HERNANDEZ, 2008; ISAACMAN; VANSINA, 2010)

Muitas nações africanas, já nas primeiras incursões europeias para opor-se à dominação colonial, tiveram reações violentas, adquirindo armas e buscando traçar estratégias diversas para retomar seu continente. Assim, cabe afirmar que o povo africano não assumiu a posição de vítima, como ator passivo nesse cenário. Muitos líderes e poderes locais deram bastante trabalho aos invasores europeus, fazendo-os reavaliar a sua estratégia de dominação e combate. (BITTENCOURT, 2003; ISAACMAN; VANSINA, 2010)

Os absurdos da discriminação racial incomodaram em demasia os africanos intelectuais, principalmente no fim do século XIX, com a chegada dos imigrantes. Assim, a resistência foi impulsionada para meios urbanos. Mulatos instruídos ficaram indignados com a onda de racismo que chegou ao continente e dessa vez os atingiu diretamente. Dessa forma, buscando proteger sua posição de privilégio dentro da sociedade, fizeram publicações para pressionar Lisboa, porém foi inútil. Os intelectuais africanos então criaram associações para defender seus direitos e lutar por liberdade. Muitas foram criadas e diversas deram bons resultados. (HERNANDEZ, 2008; ISAACMAN; VANSINA, 2010)

De modo geral, as resistências contra a invasão europeia deram muito trabalho para os exploradores, como também resultaram em muitas mortes entre os nativos. Os africanos foram muito fortes afrontando o colonizador e não entregando, sem lutar, suas terras.

2.4- A política colonial da França

Inicialmente, na tentativa de tirar algum proveito do continente africano, a França, em 1659, criou em Saint Louis, hoje conhecida como Senegal, um porto para fazer trocas comerciais. A participação francesa até o século XIX na região costeira não expandiu significativamente. (BIYUNDI, 2006)

O processo de colonização aprofundou pela Argélia, que já estava sob a guarda dos franceses desde a terceira década do século XIX e Tunísia, que em 1881 foi imposto o regime de protetorado. As anexações da França no continente africano se consolidaram nos anos finais do século XIX e início do XX. (BOAHEN, 2010)

Os franceses conseguiram alguns acordos com chefes locais do continente africano, o que lhes deu a oportunidade de agregar algumas regiões como, por exemplo, a parte ocidental do Sudão e o vale do Níger. Estima-se que dos anos de 1819 até 1880, aproximadamente 118 desses tratados foram firmados e, dessa última data ao início da Primeira Guerra Mundial, mais 126. (BOAHEN, 2010)

Os territórios pertencentes à França foram organizados, em 1894, pelo Ministério das Colônias, em três grupos: África Ocidental Francesa, era composta por “Dahomey, Guiné, Costa do Marfim, Mauritânia, Níger, Senegal, Sudão (hoje Mali) e Alto Volta” (LOWE, 2011. p. 550); África Equatorial Francesa, que possui quatro colônias: “Chade, Gabão, Congo Médio, e Oubangui-Chari” (LOWE, 2011. p. 550), que atualmente tornou-se República Centro Africana; o último grupo é composto por: “Camarões e Togo (ex-colônias alemãs dadas aos cuidados da França como mandatos de 1919), e a ilha de Madagascar.” (LOWE, 2011. p.550).

O sistema de exploração do continente africano que foi adotado pelos franceses procurava transferir crenças e moral por meio de organizações burocráticas, as quais os colonizados deveriam seguir. A potência europeia subjogou a cultura, o idioma, os costumes e as diferentes etnias dos colonizados. Nas possessões francesas, os povos, entre outras ações autoritárias, eram obrigados a trabalhar, servir ao exército da potência e pagar variados tipos de impostos. Escolas foram fundadas pela metrópole para impor o idioma francês, além da história da França ser ensinada nos centros educacionais. Porém, isso serviu também para dar meios à população de conhecer e entender sua situação e lutar

contra ela. Assim surgem as ideias para as revoluções independentistas que eclodiram perto da década de 1960. (TRAJANO FILHO E DIAS, 2015)

Portanto, foram implantados na colônia sistemas educativos como supracitado, e de saúde, porém, de maneira alguma isso ocorreu para melhorar a qualidade de vida do colono. Desenvolveram esses sistemas para beneficiar o trabalhador, para ele aprimorar sua capacidade laboral e diminuir as mortes destes por enfermidades não tratáveis para o local. Os desenvolvimentos de infraestrutura, por sua vez, como estradas, ferrovias, portos, entre outras, também são frutos do aprimoramento para melhor exaurir a mão de obra local e aproveitamento do capitalismo. (KI-ZERBO, 2002)

As colônias eram submetidas a uma forma de

administração direta; apropriação de terra; a dominação do capital mercantil, que se valoriza à custa do capital produtivo; o estabelecimento de um pacto colonial entre a metrópole e a colônia.

O sistema é mais de arrecadação do que de valorização, mais de renda do que de acumulação. As colônias são reservatórios de produtos de base e escoadouros de produtos manufaturados. (HUGON, 2009. p.24.).

Em suma, elas serviam para inflar a economia da metrópole, não dando, de maneira nenhuma, despesas, desse modo, sendo autossuficientes. Elas tinham sua importância, incrementavam a economia e ajudavam a mostrar o poder francês para o mundo.

Esse tipo de sistema modificou brutalmente o continente, saindo dos métodos que os nativos estavam acostumados:

O aspecto mais marcante da modernização foi negativo, com a implantação de monocultura e de atividades mineradoras dependentes de mercados externos e dos ciclos econômicos determinados pela concorrência internacional e pelas crises econômicas. (RIBEIRO, 2007. p. 76)

As marcas da colonização francesa foram profundas. Dizimaram povos para garantir sua soberania, também roubaram as riquezas do solo africano para sustentar a economia da metrópole e das empresas privadas, trataram pessoas de maneira inadequada, exploraram sua mão-de-obra em longas horas de trabalho pesado e comercializaram nativos para servir em outros territórios.

Houve diversos movimentos em defesa do povo africano no continente africano no princípio do século XX, que argumentavam quanto às condições dos nativos africanos e defendiam a descolonização. As independências das colônias

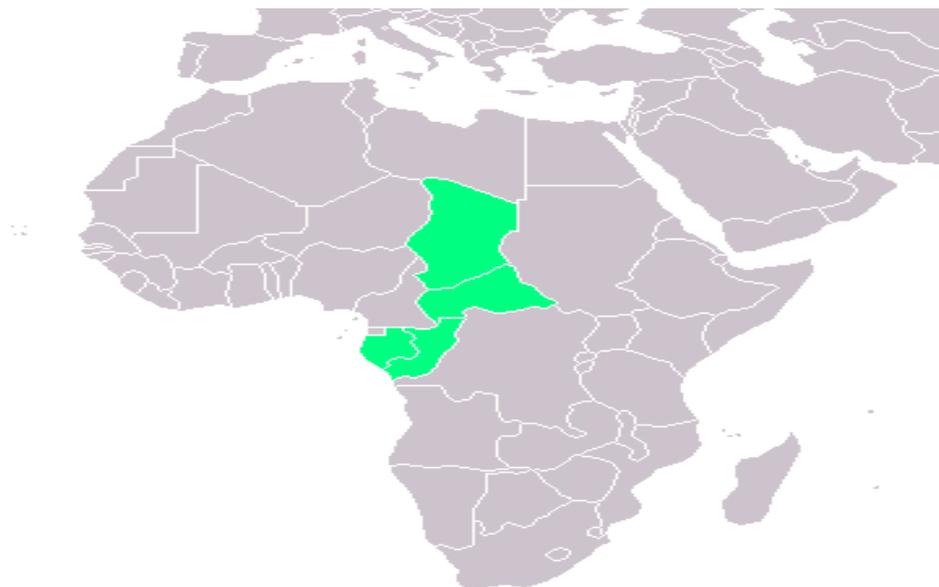
francesas na África só vieram a ocorrer depois da segunda metade do século XX. Iniciada por Argélia em 1954, seguida por Marrocos em 1956; Mali, Senegal, Níger, Chade, Gabão Togo, Costa do Marfim, Madagascar, Mauritânia, República do Congo e Oubangui-Chari (hoje República Centro Africana) têm sua independência em 1960. Este tornou-se o ano da África, pois foi o período de libertação de uma grande temporada de exploração francesa. (BOAHEN, 2010)

Depois das independências, os países recentes precisariam do apoio francês para organizar-se economicamente no sistema mundial. Necessitavam de mercado consumidor, importar mercadorias e mão de obra qualificada. Todavia, a França se faz presente na política, economia ou segurança de algumas de suas ex-colônias.

2.5- Colonização na República Centro-Africana

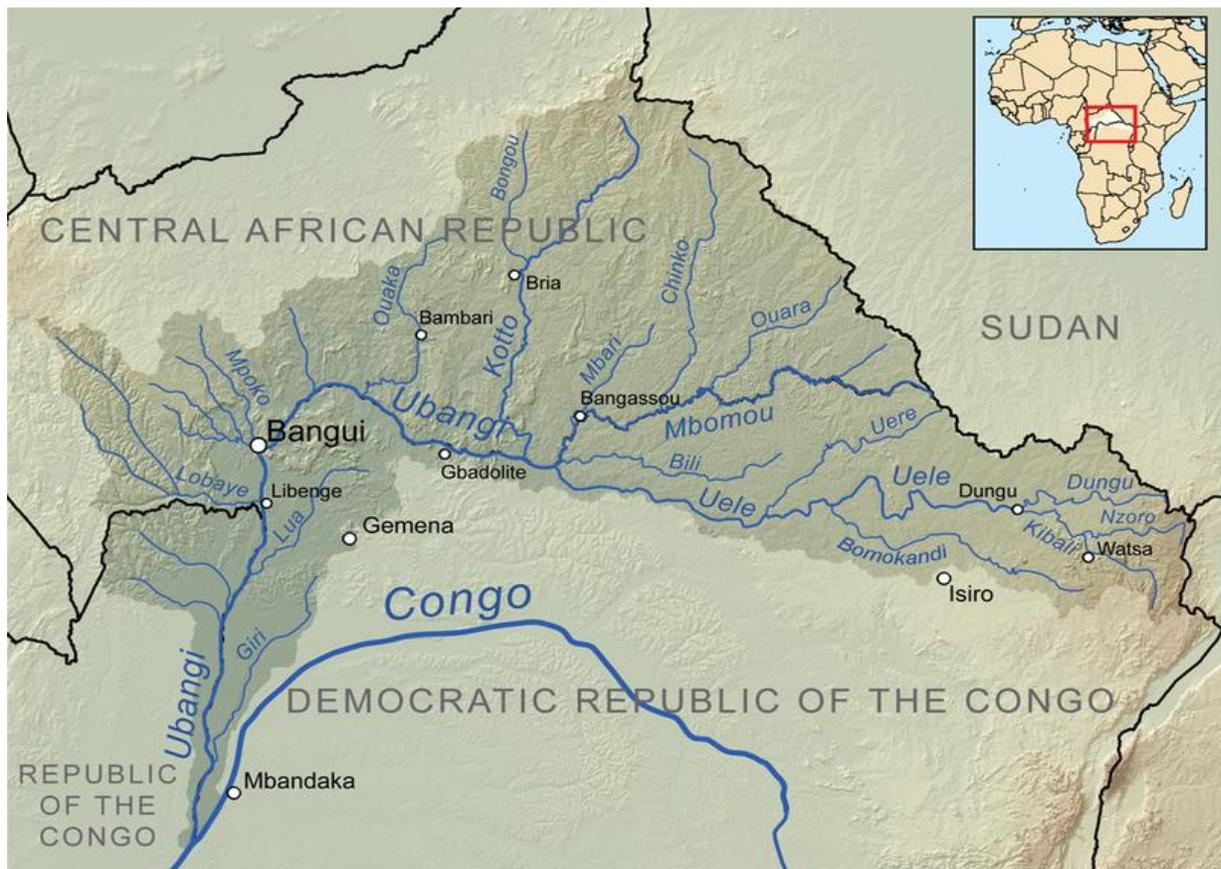
A França dominava grande parte do continente africano no período colonial, seu império tinha, aproximadamente, uma área de 9 milhões de Km², dividido em duas federações: a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Nesta última, estariam contidas as possessões francesas de Oubangui-Chari, Gabão, Congo do Meio (posteriormente República do Congo) e Chade. (RIBEIRO, 2007; SENA, 2012)

Mapa 4- África Equatorial Francesa



Essa área central do continente foi explorada por Brazza e, em seguida, por diversas pessoas que foram enviadas por expedições para garantir a posse à França. No ano de 1884, os colonizadores da potência europeia fixaram-se nas proximidades do rio Oubangui e chamaram-no de Bangui, o que posteriormente viria a ser a capital de Oubangui-Chari. A posse do território foi decidida em acordos com Bélgica (Leopoldo II) e Alemanha no ano de 1894. Em 1905, se criou a colônia. A partir daí, o próximo passo foi a criação da África Equatorial Francesa, no ano de 1910, a qual pertence à colônia de Oubangui-Chari. Com isso, Brazavile passa a governar esse conjunto, porém, a atual República Centro-Africana ficou menos assistida pela França e, dessa maneira, atrasou seu desenvolvimento. (BIYUNDI, 2006)

Mapa 5- Rio Ubangui (Oubangui)



Fonte: Site Academic (2019)

Depois da anexação e da contenção estável dos colonos, o governo da França repartiu a província em 17 partes para 40 empresas privadas da França em troca da participação em 15% dos lucros anuais, pois queria evitar o dispêndio

econômico em detrimento do desenvolvimento de suas colônias na região central da África. E assim, dá-se a largada à colonização severa do território da Oubangui-Chari. (ICG, 2013)

A igreja estava presente, também, nesse processo de colonização do continente africano. Ela foi responsável por ensinar os valores da cultura ocidental europeia aos povos colonizados, empreender os princípios da religião ocidental e diminuir a influência do chefe tradicionais com pregações que contradiziam aos ritos sagrados africanos. (HERNANDEZ, 2008)

Os nativos não aceitaram o desrespeito, todo tempo, calados. Houve tentativas de resistência ao controle francês no período de estabelecimento da colônia. Chegou a ser necessário o envio, pela metrópole, de militares para conter os revoltosos. Ocorreu, entre 1928 e 1931, uma rebelião contra a colonização, chamada de Congo-Vara, nas partes do sudoeste e oeste da colônia. Ela não foi muito exitosa, chegando a ser fortemente reprimida. Seus líderes foram mortos e a população foi contida e redirecionada contra sua vontade para outras regiões as quais poderia ser vigiada. (IGC,2013)

A França, durante a Segunda Guerra Mundial, necessitou do apoio de homens para defender a metrópole contra a Alemanha. Dessa forma, o general De Gaulle convocou alguns da África Central. Passado o período de guerra, os guerrilheiros voltaram para casa com um forte sentimento de nacionalismo, que os faziam querer serem donos de sua terra. O presidente francês cedeu a muitos africanos a representação política de determinadas regiões. Boganda foi o primeiro Estado centro-africano a ter uma posição na Assembleia Nacional francesa. (SENA, 2012)

Passada a Segunda Grande Guerra, a França, um pouco debilitada e com a onda de independências africanas ocorrendo por todo o continente, não foi capaz de conter a província de Oubangui-Chari. Então, em 1958, a atual República Centro-Africana obteve sua autonomia e a independência concreta veio em 1960, quando é instaurada a República. Mas, mesmo assim, a França segue tendo forte influência no Estado.

2.6- Considerações finais do Capítulo

Os europeus foram os principais responsáveis pela dominação do continente africano no século XV. Iniciaram sua exploração pela costa do território e com o

passar do tempo foram penetrando ao interior da África. Estavam em busca de metais preciosos e demais recursos naturais de valor econômico para as potências.

Com o descobrimento do ouro e diamante o território africano passou a ser mais atraente para os exploradores europeus, dessa forma a corrida pela África se intensificou. Muitos países foram para o continente em busca de riquezas para aumentar suas economias. Diversas companhias foram instaladas no território para explorar o solo e a mão-de-obra africana.

A competição pelo continente africano tomara grandes proporções levando as grandes potências europeias a se reunirem na tentativa de reduzir os impasses. Assim, fizeram na Alemanha a Conferência de Berlim, na justificativa de sanar os conflitos entre europeus, principalmente, porém trataram de interesses próprios de dominação. Assim, a conferência contou com a presença de países europeus, o Império Turco e os Estados Unidos da América (EUA).

Dessa forma, após a Conferência de Berlim algumas zonas de influência foram delimitadas por meio de tratados firmados entre europeus e também entre estas potências e chefes de tribos africanas. Assim, alguns países europeus conquistaram suas áreas de dominação onde exauriram o solo para enriquecimento da metrópole e exploravam a mão-de-obra dos nativos.

A Oubangui-Chari, atual República Centro Africana, fez parte da área de influência da França, esta potência europeia dominava grande parte do continente africano no período colonial. A Oubangui-Chari foi dominada por longos anos pela potência francesa que usou como método de dominação a assimilação da cultura francesa nos povos africanos, ela pregava sua religião e costumes aos povos nativos. Essa interferência da metrópole no território que hoje é chamado de RCA, tem consequências até a atualidade.

3. DA INDEPENDÊNCIA AOS GOLPES 1960-2013

No fim da Segunda Guerra Mundial, diversos africanos, dentro e fora do continente, lutavam pela descolonização, pela libertação, propagando cada vez mais o desejo da independência da Europa. Nesse mesmo sentimento de unidade e liberdade, Barthélemy Boganda, um pan-africanista, líder cristão, lutava pelos ideais de nacionalismo dentro da República Centro Africana. Em 1946, um colégio eleitoral nomeou Boganda como deputado, representando o território de Oubangi para a Assembleia Nacional francesa, pois os africanos de colônias francesas podiam eleger seus deputados para representar seu território junto à Assembleia. (LIMA JÚNIOR, 2013)

Ele contou com o apoio das missões católicas como candidato nessa eleição e ganhou a disputa contra um concorrente apoiado pelo governo francês. No entanto, ele logo denunciou as missões, bem como a administração colonial, e deixou o partido católico francês, o Movimento Popular Republicano e o sacerdócio. (SHILLINGTON, 2005)

A opressão e a violência das empresas que exploravam o país estavam no ápice quando, em 1949, o ex-padre Barthélemy Boganda fundou o partido Movimento da Evolução Social África Negra (M.E.S.A.N.) para lutar não só pela independência da atual RCA, mas também por todos os negros do mundo. Buscando promover o desenvolvimento social e da economia da África subsaariana, acabar com o tribalismo e a discriminação, se empenhou em substituir a subordinação colonial pela cooperação entre os iguais. Boganda se preocupava com os negros que estavam submetidos à colonização e o M.E.S.A.N. foi o grande passo para o desenvolvimento dos povos africanos. (ALUSALA, 2007; KINNI, 2002)

O líder Barthélemy Boganda passou a ser visto como uma ameaça aos interesses das empresas concessionárias, que exploram a RCA, pelo seu enorme prestígio. Essas corporações, juntamente com a França, tentaram manobras com a elite local, fácil de corromper, para parar Boganda. No ano de 1956, chegou ao ponto de o serviço secreto francês se infiltrar no partido M.E.S.A.N., na tentativa de corromper os principais assessores de Boganda. (SHILLINGTON, 2005)

Mesmo com o empenho por parte das concessionárias e do governo francês, Boganda tinha o apoio do povo. Assim, em 1957, ele assume a liderança do Conselho da África Equatorial, no qual também pertencem o Chade, Gabão e o Congo Francês. O sonho do líder era ambicioso, almejava uma federação composta

por esses Estados, que se chamaria “Estados Unidos da África Latina” e incluiria Ruanda-Urundi, Camarões, Angola e o Congo Belga, todos esses comandados pela África, e não pela Europa. No ano de 1958, esses países rejeitaram a ideia e o sonho foi destruído. (BAUTERES, 2012)

Boganda seguiu focado na luta pelos direitos de Ubangui. Assim, em um referendo em 28 de setembro de 1958, Ubangi-Shari votou para se tornar uma república autônoma dentro da comunidade francesa. A República Centro Africana foi proclamada e em 1 de dezembro de 1958 e Barthélemy Boganda é nomeado como Primeiro Ministro do Estado. Nesse período, foi elaborada uma nova constituição para a República. O ex-padre lutou fortemente pela RCA e sua independência da França, mas por um acidente de avião, ele morre um ano antes da proclamação. Boganda continua sendo reverenciado pelos africanos centrais como um mártir nacional. (KINNI, 2002)

A tão esperada, pela população da RCA e pelo Boganda, independência foi proclamada no dia 13 de agosto de 1960 e, um dia após, a assembleia legislativa nomeou o senhor David Dacko como presidente da República Centro Africana, pois nesse momento a forma de governo tornara-se presidencialista. Ele assumiu como líder da nação sem litoral depois que o pai da independência, Barthélemy Boganda, foi morto, reivindicando proximidade parental. (MELDRUM, 2003)

David Dacko, ex-professor de Oubangui-Chari, ocupou vários cargos em ministérios no período em que Barthélemy Boganda era o primeiro ministro do território. Dacko teve uma carreira repentina: foi eleito para o parlamento pelo partido M.E.S.A.N.; com 27 anos de idade ele era Ministro da Agricultura, Pecuária, Água e Florestas; um ano após ele foi nomeado ministro do Interior, Economia e Comércio. Sempre protegido por seu primo, o líder Barthélemy Boganda. Com 30 anos, ele assumiu a presidência de seu país, com a aceitação da França. (MELDRUM, 2003)

Logo após sua posse, rapidamente Dacko implantou o autoritarismo ao seu regime, excluiu os demais partidos existentes no país, permitindo somente o M.E.S.A.N. (Movimento de Evolução Social da África Negra); eliminou a Constituição e implantou um sistema presidencial em que o mandato do Presidente da República eleito teria a duração de sete anos, para diminuir a chances de concorrência. Dessa maneira, ele disputou sem opositores as eleições de 1964 e foi formalmente eleito presidente da República Centro Africana. (VLAVONOU, 2014; WHITEMAN, 2003)

Com o passar do tempo, os centro-africanos perceberam que, mesmo com a proclamação da independência, eles estavam longe da sonhada liberdade. O governo de Dacko chegou a aprovar leis que transportavam o país para a época mais perversa, como do período colonial da RCA, como, por exemplo, a lei referente à eliminação de ações de resistência ou desobediência às ordens do Estado e guardava o direito do governo para dissolver partidos políticos, sindicatos ou outras associações que não pareciam, ao governo, de acordo com a ordem pública. (MELDRUM, 2003)

Apesar de tudo, o presidente David Dacko dizia ter como objetivo elevar o nível de vida de seus conterrâneos e dar fim aos atritos entre as diversas tribos. Ele impulsionou a representatividade da elite centro-africana na administração do país, a qual foi seguida de acréscimo no número de servidores do Estado para recompensar seus partidários e aumentou alguns de seus salários, o que drenou o orçamento nacional, extrapolou as despesas no orçamento nacional e auxiliou no aumento da corrupção. A insuficiência da RCA para fazer o pagamento de seus funcionários, que muitas vezes eram considerados ineficientes, lhe causou sérios problemas no futuro. Em meio a essa situação, e sem ter um bom plano de recuperação, o presidente Dacko aceitou, então, que a França desse auxílio ao seu país nas áreas de comércio, defesa e relações exteriores. (WHITEMAN, 2003)

Chegando o ano de 1965, o Estado se encontrava afundado em uma crise, assolado pela corrupção e pelo vagaroso crescimento da economia, enquanto suas fronteiras eram violadas por refugiados de países vizinhos, principalmente do Sudão e Chade. Dacko, nesse período, mudou a estratégia, asfixiado pela crise e radicais M.E.S.A.N., ele dissociou-se da aliança francesa e estabeleceu relações com a República Popular da China, recebendo investimentos e diversos consultores, porém, apesar do apoio, as dificuldades persistiram. (KAH, 2014; MELDRUM, 2003; WHITEMAN, 2003)

Então, o presidente da República propôs medidas de austeridade e cortou o orçamento militar. A economia da RCA declinou em passo acelerado e a dívida da nação disparou. O país estava em meio à falência iminente e uma ameaça de greve nacional. Sua inexperiência e verdadeira falta de autoridade política logo colocaram o presidente em difícil situação com sindicatos e estudantes. Apesar de tudo, Dacko

foi incapaz de melhorar a economia do país. O cenário era dos piores para o líder da República Centro Africana. (N'DDIAYE, 2007)

Se aproveitando da situação, seu primo de tribo, Bokassa, que era comandante supremo das forças armadas da RCA, fez planos desde Paris com o apoio do general francês De Gaulle para assumir a liderança do país. O presidente tinha conhecimento disso e dessa forma tentou pará-lo, formando uma guarda sob a liderança de Jean Izamo, que logo se tornou o mais próximo conselheiro de Dacko. De qualquer maneira, nenhuma tentativa impediu que Bokassa alcançasse o golpe com sucesso, o golpe de Estado de São Silvestre. Assim, no dia primeiro de janeiro do ano de 1966, o presidente David Dacko foi derrubado pelo futuro autoproclamado Imperador Bokassa. O primeiro presidente da RCA foi colocado em prisão domiciliar, onde permaneceu por vários anos. (TITLEY,1997)

Jean-Bedel Bokassa assumiu o cargo de Presidente da República no ano novo. Três dias depois do golpe São Silvestre, em 4 de janeiro de 1966, Bokassa extinguiu a Constituição e deu início ao governo por meio de decretos, medida autoritária e antidemocrática. No mesmo ano, com a finalidade de consolidar seu poder, o então líder ratificou uma aliança com o seu vizinho Chade e outros países da região. (ANOBA, 2017)

No início do ano de 1967, o chefe do país buscou promover a criação serviços básicos, como saúde e educação, os quais se limitavam à capital, Bangui, pois o resto do país não contava com infraestrutura. Na economia, foi criada a operação Bokassa, um plano econômico no qual se construiu fazendas extensas e indústrias nacionalizadas. O plano tinha como objetivo livrar o país da pobreza. Porém, o que acabou acontecendo foi exatamente o contrário: Bokassa tornou as empresas, que ele nacionalizou, monopólios, sacrificando o bolso da população. Assim, o setor privado foi reduzido e a maioria das pessoas trabalhava para o governo por salários baixos e condições péssimas. O governo arrecadava muito e repassava quase nada para a população que definhava na pobreza extrema. (N'DDIAYE, 2007; TITLEY,1997)

O Coronel e Ministro das finanças, Andre Banza, não estava de acordo com a atitude do governante quanto à exploração do povo centro-africano e os gastos excessivos e, dessa forma, surgiu uma tensão entre eles. Em abril de 1969, o ministro Banza tenta um golpe de Estado contra o governo de Bokassa e falha, por

isso ele é espancado, esfaqueado e exibido para a população como um aviso. (ANOBA, 2017; BAUTERES, 2012)

Três anos depois, Bokassa se aproveitou dessa ação que gerou medo na população para reafirmar seu poder, se proclamando presidente vitalício por meio de uma reunião extraordinária do único partido existente no país, o M.E.S.A.N. Na mesma data, o representante da RCA sofreu outras tentativas de golpe e assassinato. Todos esses acontecimentos serviram para dar mais certeza a Bokassa que precisava eternizar ainda mais seu poder. (TITLEY, 1997)

Dessa forma, em uma reunião com Muammar al-Gaddafi, seu amigo, o governante dos centro-africanos decide seguir o mesmo modelo de liderança que a Líbia. Então, Bokassa, dissolve o governo e abole todos os cargos do ministério e cria o Conselho da Revolução Centro Africana, como órgão de administração da RCA. Não satisfeito, no fim do ano de 1976, muda a categoria do país de república para monarquia: Império da África Central. (TITLEY, 1997)

O soberano criou uma constituição imperial e se autoproclamou Imperador Bokassa I. Ele justificou que a monarquia constitucional auxiliaria o país a se afastar mais do continente, dando a ele mais respeito do mundo e visibilidade. Porém, o que aconteceu, na verdade, foi repulsão, pois a atitude do imperador não foi vista com bons olhos. (ANOBA, 2017)

Mesmo com toda a perversidade do imperador, a França não deixou de apoiar Bokassa. O governo francês sempre teve uma relação bem próxima com a República Centro Africana. Os consecutivos governos, principalmente o governo de Valéry Giscard d'Estaing, amigo e defensor do imperador, auxiliavam na manutenção do império com ajudas econômicas, materiais militares modernos e disponibilizando soldados para manter o império. Em contrapartida, Bokassa, cedia para a França matérias-primas com baixo custo, como: diamantes, marfim e principalmente o urânio, um mineral de essencial importância para o programa de armas nucleares francês, especialmente pois estavam em meio à Guerra Fria. (ANOBA, 2017)

O imperador Bokassa chegou ao ponto mais alto de sua crueldade quando estudantes fizeram manifestações pelo direito à educação. Essa movimentação chegou ao fim com mais de 100 jovens mortos pelos soldados do império. O próprio Bokassa I teve participação ativa na repressão, espancando até a morte diversos estudantes para mostrar à população que era capaz de resolver a agitação, ele

pensava que teria mais prestígio dessa maneira. (MEREDITH, 2005; N'DDIAYE, 2007)

Quando os franceses tomaram conhecimento do acontecido, que o imperador da RCA havia assassinado a paus e pedras centenas de crianças, pessoalmente, pareceu o estopim para seus aliados. A imprensa europeia criticou ferrenhamente, com frequência, a ligação entre o Imperador e o presidente da França, Giscard, depois da matança dos jovens. Então, a França retirou grande parte de seu apoio. Frente à violação dos direitos humanos, Bokassa deixou de ser útil, pois suas atitudes se tornavam incontroláveis. (SOLER, 2018)

Um ano após a coroação de Bokassa, no fim do ano de 1979, Dacko havia sido libertado de seus longos anos de prisão e nomeado assessor do Imperador. Enquanto Bokassa estava visitando a Líbia para conversações com o coronel Gaddafi, imediatamente o ex-presidente começou a conspirar para remover o tirano junto da França. Assim, armaram uma operação com as forças especiais francesas, a qual foi denominada de Barracuda. Deram um golpe que levou ao fim o império perverso de Jean-Bedel Bokassa que já durara 12 anos. Rapidamente, os oficiais da operação tomaram toda a capital, Bangui, e depois todo o país, assumindo o controle da RCA. Enquanto isso, o imperador deposto fugiu para a Líbia. A França devolveu o poder ao ex-presidente David Dacko. (ANOBA, 2017)

O ex-presidente David Dacko obteve, novamente, a liderança da RCA no dia 20 de setembro e, logo após, extinguiu o regime monárquico erguido pelo ex-imperador Bokassa I e restaurando a República Centro Africana. Dacko não foi bem recebido em seu retorno. Assim, para sustentar seu poder, o ex-presidente contou, mais uma vez, com a ajuda dos franceses na segurança. A oposição contra o seu governo era grande e, dessa forma, se faziam cada vez mais necessárias as forças do exército. (MEREDITH, 2005)

O segundo governo de Dacko deixou claro que ele não havia aprendido a governar em uma democracia e por isso sofreu duras críticas por parte de políticos e da sociedade em geral. Como resposta às críticas, o presidente deu permissão para que houvesse liberdade nas ações políticas e submeteu uma constituição democrática a referendo, que foi aprovada por uma enorme maioria. Dessa forma, o líder da República Centro Africana consentiu a eleição para presidente com a participação de diversos partidos. (SOLER, 2018)

Ocorreu, então, em março do ano de 1981, a primeira eleição presidencial multipartidária da RCA. Dacko foi eleito por 50 (23% dos votos) contra 38 (11%) do seu concorrente Ange-Feliz Patssé. Esse foi um grande passo rumo à democracia. No entanto, o presidente eleito foi forçado pelas circunstâncias a declarar estado de emergência poucos meses depois das eleições, quando seu principal adversário e apoiadores tomam as ruas em manifestação quanto à veracidade do resultado da eleição. (SOLER, 2018)

O presidente, nesse momento, tinha menos ideia de como governar um país do que em seu primeiro mandato. Por parte dos franceses, era esperado de Dacko que ele tomasse medidas austeras para recuperar a economia do país, por outro lado, se esperava que o governante controlasse os partidos políticos, que agora eram livres para desenvolverem sua política. (BISSIO, 2002)

A eleição que cedera a presidência, de maneira democrática, a David Dacko, não mudou muita coisa: parte da população seguiu insatisfeita e Dacko sofreu uma tentativa de assassinato. A oposição protestou na capital, Bangui, e a onda de protestos e greves, outra vez, gerou uma situação de quase golpe. (BISSIO, 2002)

Dacko necessitava de ajuda, dessa forma, mesmo sabendo da ligação com Bokassa, Kolingba foi aceito no governo como chefe do Estado maior, no mês de julho de 1981. Ele trouxe confiança para o presidente que, com seu auxílio, dissolveu alguns partidos de oposição, outros ele suspendeu. Dacko prendeu líderes rivais. Todos esses atos foram em vão, pois no mês de setembro do mesmo ano, em um momento de turbulência política e queda na economia, os militares do general Andre Kolingba expulsam o líder do país em um golpe sem derramamento de sangue. (BISSIO, 2002; BERNARD, 2010; GIROUX *et al*, 2009)

O general André Kolingba, chefe das Forças Armadas Centro Africanas, F.A.C.A. se autoneomeou Presidente da República Centro Africana, logo após o golpe de Estado no ano de 1981. O presidente dissolveu todos os partidos políticos e assumiu a liderança do Comitê Militar para a Recuperação Nacional (CMRN) do Ministério da Defesa e Veteranos de Guerra, formando um gabinete unicamente militar para governar o país. Ele promete voltar com o governo civil dentro de seis meses, logo que a ordem no país for restaurada. (BERNARD, 2010)

Assim, não por seis meses, mas por quase quatro anos dura sua ditadura militar, justificada no argumento de que era necessária para recuperação do país. Sob forte pressão pública, como greves, paralisações e demais manifestações, em

1985, o general, líder da RCA, dissolve o comitê militar e nomeia um novo gabinete, contendo 25 membros, com maior participação da população civil, sinalizando o início de um retorno ao governo civil. (BISSIO, 2002)

O general Kolingba tomou posse do país em uma situação econômica crítica. Por vários anos de falência e total falta de infraestrutura, grande parte da população perece em extrema miséria e o presidente não foi capaz de contorná-la, sendo sempre dependente de ajuda externa. A ajuda externa: as organizações internacionais, FMI e o Banco Mundial fizeram forte pressão no governo para se adequar às normas dessas instituições. Entre elas, foi feita uma mudança na estrutura do serviço civil com a intenção de diminuir o número de funcionários em 10% de um total de vinte mil funcionários. Como resultado da reestruturação econômica dirigida pelas organizações externas, diversas empresas do governo foram privatizadas. (BERNARD, 2010; BISSIO, 2002)

Kolingba também levou à Assembleia Nacional, em 21 de novembro do ano de 1986, que foi aprovada por meio de um referendo, uma nova constituição que estabelece o único partido, a Rassemblement Démocratique Centrafrique (R.D.C.), e o cargo de Presidente da República, para o qual Kolingba foi eleito no mesmo dia, sem oposição e nomeado em 29 de novembro. Dessa forma, em julho do ano seguinte, eleições legislativas foram realizadas e 52 deputados foram eleitos, porém o governo seguiu atuando da mesma maneira, sob o comando direto do presidente Kolingba. (BERNARD, 2010; BISSIO, 2002; N'DDIAYE, 2007)

A partir do momento em que Andre Kolingba tornou-se presidente, ele deu início a um processo de recrutamento com base na etnia. O presidente compõe a etnia Yakoma, que possui 4% a 5% da população do país. Ele confiou diversos cargos para sua administração, além de formar a maioria do seu exército com pessoas do mesmo grupo étnico que o seu. Assim como grande parte de seus antecessores na presidência, Kolingba teve que agradar os franceses assim como seu próprio povo. (N'DDIAYE, 2007)

Esse tipo de divisão feita pelo presidente para dar segurança e apoio ao seu governo trouxe também riscos enormes. Dividir um país e dar privilégios a um grupo e a outro não causou tensão e instabilidade, principalmente se tratando de um local com grande histórico de atritos internos por diferenças étnicas. A estratégia de Kolingba foi de grande desrespeito a todo o povo da RCA, o que gerou mais descontentamento com sua má administração. (BERNARD, 2010)

No começo da década de 1990, a população da RCA estava cada vez mais intolerante com o autoritarismo do presidente e com seu exagero com os gastos pessoais para sustentar seu estilo de vida caro. Mais uma vez, as pessoas vão às ruas protestar contra o modelo de administração do governo exercido por Kolingba, desta vez inspiradas na onda democrática que surge depois da queda do muro de Berlim. Essa movimentação estourou em 1991, após funcionários públicos ficarem mais de oito meses sem receberem seus salários. O governo de Kolingba estava ficando cada vez mais dependente da ajuda externa e do FMI para manter o país erguido. O governo de Kolingba chegou ao ponto de pedir para que os franceses pagassem pelo período de um ano os salários dos 24 mil funcionários públicos da RCA, pois o Estado não tinha condições. O governante tentou aproximação com os Estados Unidos, dando à superpotência o direito de explorar algumas minas de urânio. (BERNARD, 2010; BISSIO, 2002)

O presidente estava sob grande pressão da população, do governo francês e necessitando acompanhar os países desenvolvidos que se relacionam com a RCA. Assim, em 1991, ele anuncia a criação de uma comissão nacional para reescrever a constituição, para adicionar a ela a legalização dos partidos políticos de oposição. Eleições multipartidárias foram, finalmente, realizadas para o parlamento e a presidência no mês de outubro do ano 1992. (BERNARD, 2010)

Feitas as eleições de acordo com o que foi firmado na constituição, os resultados das urnas não foram positivos para Kolingba, que ficou em último lugar. Dessa forma, a Suprema Corte se apressou a anular a votação com base em supostas irregularidades. O general Kolingba se aproveitou da situação e estendeu seu mandato por um ano. Dessa vez, foi necessária a intervenção da França, ameaçando retirar ajuda militar e financeira se não houvesse eleições. Assim, no ano seguinte, foi feita outra eleição e, confirmando os temores do governante, a oposição venceu. No dia 22 de outubro, o governante cede o posto ao candidato vencedor, Ange-Felix Patassé. (ZÁRATE, 2016)

O presidente foi eleito com 45,6% de votos frente aos 21,6% do seu adversário Abel Goumba. Ele tomou posse no dia 22 de outubro de 1992 como o primeiro presidente eleito livremente na história da nação. Apesar da ajuda em dinheiro vinda de doadores, com a intenção pública de ajudar o país, a instabilidade continuou, os problemas que a população sofria não cessaram. A situação na RCA que já estava tensa se intensificou ainda mais. (ZÁRATE, 2016)

O chefe do Estado criou uma força armada composta por soldados de sua tribo, Gbaya, e a já existente, que fora criada pelo seu antecessor, Kolingba, que era predominantemente da etnia Yakomba, foi deixada de lado, e Patassé não teve a preocupação de cumprir com o pagamento de seus salários. Falta de pagamento e tratamento desigual de oficiais militares de distintos grupos étnicos culminaram em três revoltas do exército contra o governo de Patassé, nos anos de 1996 e 1997. Em janeiro do ano de 1997, um grupo composto por seis países africanos (Burkina Faso, Chade, Gabão, Mali, Senegal e Togo), chamado, em português, de Missão Interafricana de Vigilância dos Acordos de Bangui (MISAB), autorizada em 06 de agosto de 1997 pela Resolução 1125 do Conselho de Segurança da ONU, enviou 800 homens que tentaram restabelecer a paz no país juntamente com os soldados franceses e líbios. (ZÁRATE, 2016)

Durante as revoltas dos militares, ocorreram muitos saques na cidade, o que piorou a situação econômica do país. Somados a isso, a má administração e corrupção desenfreada minaram a posição política de Patassé. Apesar de todos esses fatos, o presidente foi capaz de conseguir sair vitorioso das eleições que ocorreram em 1999, liderando em seu segundo mandato, ainda que seus oponentes duvidassem da veracidade dos resultados, alegando manipulação. (GHUR e MERCEREAU, 2004)

Patassé estava ficando cada vez mais inseguro e, dessa maneira, mais propenso às tentativas de golpes. O presidente chegou a mandar prender François Bozizé, que foi o chefe de Estado Maior da Defesa no período de seu segundo mandato presidencial, pois este havia tentado um golpe de Estado contra o seu governo em 2002. Rapidamente, Bozizé foge para o vizinho de RCA, Chade, com o apoio financeiro do seu presidente Idriss Déby Itno e do presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso. Não satisfeito, Bozizé, no dia 15 de novembro de 2003, aproveita que o presidente está em uma conferência no Níger e depõe o Patassé, autoproclamando-se Presidente da República Centro Africana. Assim, o presidente derrubado, acusado de corrupção e crimes de guerra, pede asilo político no Togo. (GHUR e MERCEREAU, 2004)

Em março de 2004, Bozizé instalou um governo de transição e suspendeu a constituição. Ele criou um Conselho Nacional de Transição com a responsabilidade de gerar uma nova constituição, quando esta estivesse pronta ele deixaria seu cargo e disputaria a presidência. A nova constituição ficou pronta e foi ratificada pelos

eleitores em 05 de dezembro de 2004. Ela garantia eleições multipartidárias, liberdade de imprensa e aboliu as prisões por difamação. No ano seguinte, ocorreram as eleições e Bozizé venceu para presidente, no segundo turno, com o total de 64% dos votos sobre o seu concorrente Martin Ziguéle. Os outros membros do partido que concorreram na mesma eleição conquistaram o total de 42 lugares no Legislativo, dos 105 existentes na RCA. (TRICKEY, 2016)

A pressão sob o governo de Bozizé foi muito grande, pois ele assume um país com alta instabilidade e uma crise financeira que se arrasta por longos anos. Os funcionários públicos, que seguiam sem receber seus salários, entraram em greve novamente em outubro de 2005. No mês de dezembro, as forças armadas do Estado vigiam o sindicato em Bangui para evitar que os trabalhadores façam tumultos. Ainda no mesmo mês, o representante do Estado pediu ao congresso que lhe permitisse administrar o país por meio de decretos por um período de nove meses, e o pedido foi concedido. O líder justificou que assim seria mais fácil resolver o problema da crise financeira, uma vez que ajudaria com a rapidez para implementar as reformas exigidas pelos emprestadores. Embora grupos de direitos humanos tenham protestado contra a medida, a legislatura concedeu-lhe o poder no fim de dezembro. (TRICKEY, 2016)

As revoltas ainda abalavam a ordem do país. O norte da RCA era a parte mais violenta, com diversos confrontos entre grupos armados rebeldes e o governo. Isso fez com que muitas pessoas atravessassem a fronteira fugindo para o país vizinho, Chade. O governo e diferentes grupos armados assinaram vários acordos de cessar-fogo, porém boa parte deles não foram implementados. Não bastasse a situação interna do país, conflitos em Darfur, no Sudão, invadiram a fronteira e intensificaram a situação do Norte. O Sul era aterrorizado pelos grupos rebeldes vindos de Uganda. (CAMPOS, SANTOS e VIEIRA. et al, 2016)

No ano de 2012, já estava fortalecido no país o grupo rebelde Séleka, que até então atormentara o Norte do Estado. Esse grupo de rebeldes acusou o presidente de não cumprir com todos os pontos do acordo de paz. Assim, os rebeldes se dirigiram para o Sul do país e param na capital para negociar diretamente com o chefe do governo. No início de 2013, o governo da RCA e o grupo rebelde Séleka firmaram um novo acordo de cessar-fogo. Os rebeldes fizeram algumas exigências, como a retirada de tropas estrangeiras do Estado e a soltura de alguns prisioneiros. Ademais, foi exigido, ainda por parte dos rebeldes, a adição de alguns membros do

Séleka no governo. Assim, como foi firmado por ambas as partes, o líder do país colocou Nicolas Tiangaye, membro do Séleka, como primeiro-ministro. (CAMPOS, SANTOS, VIEIRA. et al, 2016)

Bozizé não cumpriu com o acordado e então, em março de 2013, foi feito um aviso ao governante que tentou, de última hora, conceder algumas exigências. Tentativa em vão, pois Séleka invade a capital Bangui. Só restou ao presidente deixar o seu país. Assim, Michel Djotodia, um dos líderes rebeldes, se autodeclara chefe do Estado, suspende a constituição do país e dissolve a Assembleia Nacional. Foi dado o golpe. (BRADSHAW e FANDOS-RIUS, 2015)

Djotodia recebeu recomendações da Comunidade Econômica dos Estados Africanos Centrais (CEEAC) para que permitisse a formação de um Conselho Nacional de Transição, o qual cuidaria da administração do país até que as eleições pudessem ser realizadas. Pelo conselho, o líder rebelde foi eleito presidente interino e como interino lutou para restaurar a ordem do país. (BRADSHAW e FANDOS-RIUS, 2015)

Mesmo com o esforço do interino e chefe do Séleka, o grupo rebelde seguiu com suas atrocidades: recrutavam crianças para serem soldados, estupravam e sequestravam civis; atacavam escolas e hospitais; perseguiram e massacravam cristãos. Diante disso, Djotodia, em 13 de setembro, dissolveu o Séleka para tentar contê-los. Os grupos desmembrados seguiram com a violência e perseguição. (BUCHANAN, 2017)

Para se defenderem, grupos de civis compostos, majoritariamente, por cristãos, formaram uma guerrilha para enfrentar o Séleka. Chamados de anti-balaka, eles começaram a contra-atacar violentamente os combatentes do grupo rival. Com confrontos frequentes, clima de instabilidade política e social sem precedentes, iniciou-se, no país, uma guerra civil. (BRADSHAW e FANDOS-RIUS, 2015; BUCHANAN, 2017)

Michel Djotodia estava, por muito tempo, lutando contra a pressão internacional para deixar o cargo, pois não estava sendo capaz de devolver a paz ao país. Então, em 10 de janeiro de 2014, o presidente apresentou sua renúncia após muitos dias de extrema violência, que deixou centenas de mortos na RCA. Tiangaye, no mesmo dia, como Djotodia, se afasta do poder. No mesmo mês, o conselho elegeu Catherina Samba-Panza como presidente interina. (BUCHANAN, 2017)

Assim, 10 dias depois do seu aviso de renúncia, Djotodia foi substituído por Catherine Samba-Panza, primeira mulher a chegar à presidência da República Centro Africana. Ela é advogada corporativa e proprietária de empresas e foi prefeita de Bangui durante um período de grande turbulência, o mesmo período de liderança de Djotodia. Samba-Panza foi escolhida para liderar a RCA no período de transição por ter um histórico de ser reconciliadora, além de ser percebida como não tendo nenhuma ligação forte com qualquer um dos principais conflitos ou com seus líderes. Samba-Panza, diferente da maioria de seus antecessores, não seguiu uma linha de violência para o seu governo. (RUFANGES e ASPA, 2016)

Em seu primeiro ano de liderança, a presidente Samba-Panza conservou 20 cargos para ministros, além do de primeiro-ministro, uma diminuição razoável em comparação ao governo anterior, de Djotodia, que contava com 34 membros para os ministérios. Essa atitude de reduzir o número de ministros significou uma redução para os cofres da União. Essas mudanças nos ministérios significaram, também, uma alteração positiva no quadro de nepotismo em relação aos governos de Bozizé e Djotodia, principalmente porque estes, durante seus mandatos, nomeavam diversos parentes para serem ministros da RCA. A ex-prefeita de Bangui, em vez disso, nomeou tecnocratas, pessoas com perfil profissional semelhante ao seu. (DAY *et al*, 2007)

Apesar das mudanças: reformas políticas e estabilidade aparente inicial, o governo de transição de Samba-Panza estava no meio de uma das piores crises da RCA desde sua independência. Quando ela tomou posse, o país estava com os cofres vazios, sem reservas e com áreas do seu território tomadas por grupos de rebeldes, em uma situação crítica de violência e que continuou em todo o período do seu mandato. Assim, apesar das alterações, pouca coisa mudou, o país continuou em tensão. (DAY *et al*, 2007)

Em 14 de fevereiro de 2016, os centro-africanos foram às urnas para votar para presidente do país e o eleito foi Faustin Archange Touadéra, ex-primeiro ministro de Bozizé até o fim do mandato de Djotodia. Touadéra concorreu como independente, ou seja, sem filiação partidária, e venceu em segundo turno com mais de 62% dos votos. O novo presidente possui PhD em Matemática, já foi professor e reitor na Universidade de Bangui. (BRONTE, 2017)

Quando assumiu o governo, Touadéra tinha como prioridade a paz e o desarme. Ele lutaria pelo bem-estar da população da RCA sem discriminação étnica

e nem regional. Principalmente por estes motivos, ele foi recebido com um pouco de desconfiança, pelo seu passado de alinhamento com Bozizé e o seu partido, o Kwa Na Kwa. De qualquer forma, havia esperança por parte da população, pois o atual presidente prometeu transformar a economia que estava muito mal e dependente de ajuda exterior; intencionava fazer reformas políticas e mudar drasticamente a segurança por meio do programa de Desarme, Desmobilização, Reintegração e Repatriação (DDRR); queria criar forças armadas que tivessem a capacidade de garantir a segurança dos centro-africanos. (BRONTE, 2017)

Mesmo com tantas boas intenções e planos de administração, a República Centro Africana não chegou perto da estabilidade no âmbito da segurança e política. O atual presidente passou por diversos desafios em seu governo: tensões com rebeldes, gangues de criminosos e demais grupos armados que seguem aterrorizando o país, aumentando a instabilidade. A população, quase a metade das pessoas da RCA, segue passando fome, com pouca educação e sem saúde. O presidente segue no governo sem muita solução para acabar com a situação deprimente que passa a República Centro Africana. (DAY *et al*, 2007)

Quadro 1 - Relação tempo de presidência e ano de golpe

Presidente	Início do mandato	Fim do mandato	Tempo de governo	Ano que sofreu o golpe
Dacko	14 /08/1960	01/01/1966	5 anos e 4 meses e 16 dias	1966
Bokassa	01/01/1966	4 /12/1976	10 anos, 11 meses e 3 dias	Não houve golpe
Bokassa	4/12/1976	20 /09/1979	2 anos, 9 meses e 16 dias	1979
Dacko	21 /09/1979	01 /09/1981	1 ano, 11 meses e 9 dias	1981
Kolingba	1 /09/1981	22/10/1993	12 anos, 1 mês e 21 dias	Não houve golpe
Patassé	22 /08/1993	15 /11/2003	10 anos e 22 dias	2003
Bozizé	15 /11/2004	24 /03/2013	8 anos, 4 meses e 9 dias	2013

Djotodia	24 /03/2013	10 /01/2014	9 meses e 12 dias	Não houve golpe
Samba-Panza	23/01/2014	30 /03/2016	2 anos, 2 meses e 7 dias	Não houve golpe
Touadéra	30 /03/2016	Até atualidade	3 anos, 7 meses e 23 dias (26/11/2019)	Não houve golpe

Fonte: elaborado pela autora

Assim, percebe-se que a República Centro Africana passou por oito mandatos presidencialistas e um imperador, do ano de 1960 até a atualidade. Sete presidentes lideraram o país havendo governos que duraram mais de uma década e outro, como o de Djotodia, que não alcançou um ano. A RCA, desde sua independência passou por cinco golpes de Estado, sendo o primeiro em David Dacko, o primeiro governante e o último em François Bozizé.

3.1- Considerações finais do Capítulo

A República Centro Africana é um jovem país com muitas riquezas naturais como o ouro, diamante, urânio; diversas etnias e religiões. Ele logrou sua independência no ano de 1960 o principal nome por trás dessa luta foi o ex-padre Barthélemy Boganda, este reuniu muitos esforços para que Oubangui-Chari deixasse de ser colônia europeia.

Boganda morreu em um acidente de avião no mesmo ano em que França cedeu a independência a sua colônia na África central. Assim, seu primo de tribo, David Dacko, assumiu o poder da República Centro Africana e, no ano de 1966, seu governo sofreu um golpe de Estado arquitetado pelo general Bokassa com auxílio da França. Primeiro de muitos que sofreria a recém independente RCA.

Bokassa ficou no governo por aproximadamente 12 anos, chegou a se autoproclamar Imperador Bokassa. Ele contava com o auxílio em seu governo, de países como a França e Líbia, inicialmente. Porém, com as atrocidades cometidas por ele, o desrespeito a população e os gastos desenfreados, a França conspirou

junto ao ex-presidente David Dacko para tirar Bokassa do poder em uma operação chamada de Barracuda. Assim, a RCA sofreu com mais um golpe de Estado.

Dacko liderou mais uma vez o país e novamente foi deposto por meio de um golpe de Estado perpetrado por André Kolingba. O terceiro do país em duas décadas de existência. O país já estava devastado economicamente, muitas dívidas atrasadas e grande parte da população viva na miséria; grupos insurgentes já agitavam a RCA piorando a situação do país.

Kolingba não sofrera nenhum golpe, porém seu sucessor, Ange-Felix Patassé, que governou a RCA por mais de uma década, no período de 1993 até 2003 fora retirado do governo por meio de um golpe de Estado orquestrado por Bozizé que contou com o apoio de Chade e Congo. O governo de Bozizé foi muito turbulento e o último a passar por golpe no país.

O sucessor de Bozizé, Djotodia, assumiu o país em um período de grande tensão, dessa forma, em menos de um ano de governo ele abdicou e que assumiu a liderança do país foi a ex-prefeita da capital Bangui, Cathrine Samba-Panza. Seu governo fora provisório e, assim, depois de dois anos de liderança ela entrega nas mãos de Faustin Archange Touadera que governa o país até a atualidade.

Portanto, pode-se perceber que a República Centro Africana passou por diversos golpes de Estado o que somou para a desestabilização da nação. Vários atores externos interferiram na política da RCA agravando sua situação de instabilidade. Esses atores externos foram países vizinhos e Estados não africanos que agudizaram a miséria do país para poder aumentar suas economias, proteger suas fronteiras e resguardar alianças política.

4. CONFLITOS NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA: PRIMEIRA, SEGUNDA GUERRA CIVIL E INTERVENÇÕES EXTERNAS

Por muitos anos a República Centro africana viveu em situação conflituosa em seu território, no ano de 2003 a violência do país aumentou e dessa forma estourou a primeira guerra civil que durou até o ano de 2013, porém logo após se inicia a Segunda Guerra Civil Centro-africana, no mesmo ano e dura por mais um ano e diminui de proporção. Assim, essa situação de violência e instabilidade foi agravada pela ingerência de Estados vizinhos e não africanos.

4.1- Primeira guerra civil

A República Centro Africana passou por 05 golpes de Estado desde 1966, nos quais o poder foi tomado de maneira violenta e, uma vez assumida a presidência, esses líderes não se interessavam pela unidade nacional. A irresponsabilidade com que esses governantes gerenciavam o país fazia aumentar as diferenças étnicas, avivando o ódio e a vontade de vingança que levaram a RCA à constante tensão, culminando em guerra civil. (MORAL, 2015)

Os últimos golpes sofridos pelos centro-africanos foram considerados os mais violentos da história do país e suas consequências são sentidas com intensidade até a atualidade. Eles resultaram nas que foram consideradas a Primeira e a Segunda Guerra Civil e que somadas dão, aproximadamente, onze incansáveis anos de conflito armado. O conflito estourou como uma guerra civil com François Bozizé Yangouvonda, presidente de 2003 até 2013, e a segunda guerra civil se iniciou no governo de Michel Am-Nondokro Djotodia, presidente de 2013 a 2014, autor do golpe em Bozizé. (ROJAS e SOSZYNSKA, 2015)

François Bozizé fez parte do governo de seu antecessor, Ange-Felix Patassé, como chefe de gabinete das Forças Armadas Centro Africanas (FACA). Sempre mantinha a postura de defesa de seu presidente até assumir a atitude de insubordinação e exigir o pagamento dos soldados que, por muito tempo, reivindicavam sem serem ouvidos. Assim, Bozizé foi exilado no Chade e de lá, com apoio de grupos chadianos e a força da impopularidade do presidente Patassé – pelos graves problemas desenvolvidos pelas greves, que provocaram numerosas

vítimas, mau governo e corrupção –, conseguiu articular, em 2003, a queda do governante. (APARICIO, 2003; HOOGSTRAATEN e O'TOOLE, 2018; MORAL, 2015)

Uma vez instalado no poder, Bozizé dissolveu a Assembleia Nacional e adiou a eleição até o ano de 2005, a qual ele mesmo ganhou e que gerou denúncias de irregularidades nos comícios e fraude eleitoral. A repulsa pelo presidente cresceu rapidamente, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, onde haviam se proliferado as milícias de rebeldes ante o descaso e marginalização que todas as gestões de governantes provocavam na área. (MORAL, 2015)

A região Nordeste é a mais distante do centro administrativo, Bangui, a menos povoada e a mais pobre da RCA. Essa região, como já dito, foi esquecida e ignorada pelos governantes por anos. A área não possui estradas pavimentadas; a população não é assistida nas áreas da saúde e educação, havendo somente pequenos centros médicos com esporádicas visitas médicas e poucos remédios. Na educação, as escolas são mantidas e administradas por pais que atuam como professores. (MUNIÉ, 2013)

No ano de 2002, as tensões aumentaram na região, pois grupos nômades vindos do Sudão invadiam as fronteiras centro-africanas, trazendo rebanhos para consumir o pasto e a água do local. A comunidade, insatisfeita, iniciou um combate contra os sudaneses em Boromata, que fica a oeste de Birão. O governo de Patassé, preocupado com a situação do seu governo, lutando pela própria sobrevivência, se recusou a proteger a população, alegando que o conflito era uma pequena briga entre muçulmanos. Diante da situação negligente do líder da RCA, a população formou seu próprio grupo de autodefesa. (HRW, 2007)

Mapa 8 - Zonas de Conflito de Darfur e Campo de Refugiados



Fonte: Site Britannica (2008)

Dessa forma, aumentaram as mortes de nômades sudaneses e o líder espiritual Gula (grupo étnico centro-africano), Yahya Ramadan, foi assassinado, o que aumentou as tensões na região. Houve, de maneira conjunta entre a RCA e o Sudão, investigações sobre os confrontos, as quais duraram pouco. Assim, os nômades seguiram invadindo a fronteira centro-africana em busca de vingança. No ano de 2003, estourou o conflito em Darfur, Sudão, fazendo com que mais sudaneses invadissem a fronteira. O número de mortos aumentava cada vez mais e o presidente, no período, Patassé, não interferiu para amenizar a situação. (HRW, 2007)

Assim, ainda no ano de 2003, o antigo chefe de gabinete das forças armadas do país, Bozizé, toma o poder e no seu governo a insegurança aumenta. O grupo que fortaleceu o golpe, ex-soldados do FACA, somados a elementos vindos do Chade, Os Zaraguinas (assaltantes de estrada), formaram uma equipe de rebeldes denominadas Libertadores. Eles eram os principais causadores de instabilidade no país pois, no momento em que Bozizé toma o poder da RCA, ele não foi capaz de incorporar todos os rebeldes que o apoiaram no serviço de segurança do país, causando, dessa forma, descontentamento porque o presidente não retribuiu adequadamente ao apoio. (CAMPOS, SANTOS, SILVA et al, 2016)

Os rebeldes “Libertadores”, envolvidos em pilhagens e saqueios, se juntaram a outros grupos rebeldes, nascentes na região Nordeste do país, insatisfeitos com a liderança de Bozizé, principalmente ao UFDR (União das Forças Democráticas para a Reunificação), que é um grupo majoritariamente formado pela etnia Gula e outros grupos árabes da África, e que luta pela visibilidade e direitos do Nordeste da RCA. (MONTEIRO, 2012)

As rebeliões aumentaram nas regiões Norte e Nordeste, e principalmente nas áreas rurais, depois que foi feita a nova constituição e Bozizé foi eleito em uma eleição fraudada, segundo denúncias, o que deixou bastante descontente grande parte da população do país. Os ataques feitos pelos rebeldes eram respondidos pelas forças do governo com alto nível de brutalidade e desrespeito ao ser humano. Nesse momento, as forças de segurança da República Centro Africana, a FACA e a GP (Guarda Presidencial), cometeram graves abusos contra a população local: queimaram casas, mataram ilegalmente civis, saqueavam aldeias e imprimiam o terror por toda a comunidade. Todas as atrocidades cometidas pelos soldados do governo foram sustentadas pela crença na impunidade diante de seus crimes cometidos. (ALCALDE, 2014; CAMPOS, SANTOS, SILVA et al, 2016; HOOGSTRATEN; O'TOOLE, 2018)

Diante desse cenário de abuso por parte do governo, o grupo UFDR iniciou uma ofensiva no Nordeste, sua região de origem, assumindo o controle de algumas cidades, como Birão, Oundj, Ouanda, Djallé, Ouadda e Ndélé, tomando conta das principais prefeituras: Vakaga, Bamingui e Haute-Kotto. Frente ao poder de combate da UFDR, a força de segurança do país se retirou em fuga. Aproveitando a ausência de defesa, os rebeldes saquearam e destruíram os prédios públicos das cidades tomadas. O grupo rebelde ganhou a atenção internacional pelos seus feitos e, à medida que a revolta aumentava, crescia também o sentimento anti-Gula das autoridades locais e entre a população em geral, que identificava os Gula como rebeldes da UFDR. Desse modo, a população Gula vivia em constantes fugas com medo de retaliação. Estima-se que 60.000 pessoas foram deslocadas nas três províncias do nordeste afetadas pela insurgência. (MEHLER, MELBER e WALRAVEN, 2007)

Mapa 9 - Subdivisões do Estado RCA



Fonte: CAR prefectures.svg (2018)

Para a República Centro Africana recuperar a posse das cidades do Nordeste tomadas por revoltosos, foi necessária a ajuda do exército francês por meio de ataques aéreos e terrestres, que combinavam forças com a FACA e a FOMUC (sigla em francês: Força Multinacional na República Centro Africana). Assim, no fim do ano de 2006, o governo centro-africano havia retomado a posse das cidades, mas, por pouco tempo, pois a UFDR se reforçou e retomou sua força, recuperando o poder e posses. (MEHLER, MELBER e WALRAVEN, 2007)

No Noroeste da RCA, outra região pouco assistida pelo governo, a segurança e a atenção do governo, em geral, eram muito precárias. Então, parte da população insatisfeita organizou um grupo de soldados para autodefesa e para lutar pelos seus direitos: o Exército Popular pela Restauração da Democracia (APRD, sigla em francês) formado por ex-Guardas Presidenciais de Patassé, localizados na região entre Bossangoa e Bouar. O exército contava com mil (1000) membros, duzentos (200) contavam com armas automáticas enquanto que todo o resto, oitocentos (800), detinham armas de caça caseira. Era um grupo pequeno e mal equipado, que no futuro se juntou à UFDR. (ALCALDE, 2014; CAMPOS, SANTOS, SILVA et al, 2016).

Mapa 10 - República Centro Africana: principais cidades



Fonte: Site go.grolier (2019)

Com o vazio deixado pelo Estado nas áreas mais remotas do país, a corrupção, a impunidade e as riquezas minerais contribuíram para o surgimento de muitos grupos de rebeldes. O país estava em constantes conflitos. Como se não bastasse os problemas internos, os confrontos entre facções e dessas com a segurança nacional, guerrilheiros de outros países somaram-se para o desenvolvimento da Guerra Civil. O Nordeste do país sofreu com a violência que emanou do conflito de Darfur, localizada no vizinho Sudão, e se espalhou pela fronteira; o Norte, era constantemente invadido por grupos armados chadianos, que saqueavam vilas, sequestravam e matavam civis; no Sul, a população era aterrorizada pelos Exército de Resistência do Senhor (LRA, sigla em inglês), grupo da Uganda que agia na República Democrática do Congo (RDC), foi expulso por uma ação militar e assim chegou até a RCA para agravar mais a situação. (HOOGSTRATEN e O'TOOLE, 2018)

A Guerra Civil que o país passava era alarmante. Assim, o governo tentou diversos acordos de cessar-fogo com distintos grupos de rebeldes. A primeira

tentativa de paz não foi exitosa, pois alguns grupos rebeldes seguiram com a violência. Os acordos mais importantes desse período foram o Acordo de Paz de Birão de 2007 e o Acordo de Paz Global de Libreville de 2008, no Gabão. Nos acordos, ficou estabelecido que os combatentes receberiam a anistia; aplicariam o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos grupos rebeldes; haveria a reintegração de alguns ex-rebeldes nas forças armadas nacionais e exigiram um primeiro ministro da oposição. (ALCALDE, 2014; MORAL, 2015; WARNER, 2013)

Como esperado, no ano de 2011 ocorreram as eleições e Bozizé se elegeu com sessenta por cento (60%) dos votos, continuando no poder, pois ele havia dado um golpe de Estado em Patassé no ano de 2003. Dessa forma, ele acabou com a esperança de alguns de mudança e renovação, pois a situação conflituosa que o país já estava passando seguiu piorando, bem como as condições péssimas de educação, saúde, segurança e infraestrutura de transportes seguiram como estavam, sem melhorias. (CAMPOS, SANTOS, SILVA, et al, 2016)

Grupos insatisfeitos pelos acordos não cumpridos, como União das Forças Democráticas para Reunificação (UFDR), a Convenção de Patriotas pela Justiça e a Paz (CPJP), a Convenção Patriótica para Salvar o País (CSPK), a Frente Democrática do Povo Centro Africano (FDPC), e um grupo chadiano chamado Frente Popular Revolucionário (FPR), se juntaram ao Séléka (palavra em Sango que significa aliança) para tirar Bozizé do governo e assumir a liderança. Dentre seus membros estão ex-soldados das FACA, discordantes da administração de Bozizé e mercenários vindos do Sudão e Chade. Esses grupos são, em sua maioria, elementos muçulmanos do Nordeste do país. (MORAL, 2015)

A coalizão Séléka lutava também por maior assistência governamental nas regiões mais distantes do centro administrativo, Bangui, como no Norte e Nordeste. Reagem contra a precariedade na área da saúde, falta de assistência ao problema grave de desnutrição, por causa do aumento nos preços dos produtos de primeira necessidade, por sua escassez, além da falta de água potável. A educação estava na pauta dos rebeldes, pois alguns centros de ensino foram destruídos pela segurança nacional para aterrorizar a população. (ALCALDE, 2014)

O grupo rebelde forma uma reação à exclusão dos nortenhos e nordestinos, sofrida por anos. Os muçulmanos alegam desrespeito por parte de sucessivos governos cristãos; reclamam que os recursos naturais extraídos dessas regiões, que exploram a mão de obra da comunidade local, beneficiam somente uma pequena

parcela da população, uma elite metropolitana; e que o país não se desenvolve, nem no setor industrial, tampouco no setor agrícola, onde está presente maior parte dos centro-africanos. (KAH, 2016)

Assim, as primeiras ocupações do grupo rebelde foram a cidade produtora de diamantes, Bria, e a grande produtora de ouro, Ndassima. O grupo tinha a intenção de tomar as produções das elites e assumir seus ganhos, contrabandeando os minerais preciosos. Dessa maneira, também faria grande pressão política e econômica no governo. Para organizar seus ataques, Séléka, além do lucro dos contrabandos, contava com o apoio financeiro de comerciantes de diamante muçulmanos. (ALCALDE, 2014)

Mapa 11 - Mina de ouro em Ndassima, cidade ocupada pelos Séléka



Fonte: ALCALDE (2014)

Além disso, os rebeldes fizeram o trajeto da capital de Haute-Kotto (fronteira com Sudão - veja mapa 12), saindo da capital Bria até Damara, em Ombella-M'Poko, mesmo Estado em que Bangui pertence, com a intenção de sitiá-la. Todo o caminho foi aterrorizado pelos Séléka, eles saqueavam casas, escolas, prédios públicos; devastavam o que sobrava das aldeias; matavam civis, mulheres, homens, crianças, indistintamente; violavam toda a população que encontravam, independente do gênero ou idade. Iniciaram a incursão com 5 mil pessoas e ao percurso juntaram-se à aliança mais 15 mil. (ABDENUR, KUELE, 2016)

Mapa 12: De Bria a Damara



Fonte: CAR prefeituras. Sng. edição da Autora. (2018)

Os membros da aliança devastavam o país em absoluto desrespeito ao ser humano, sobretudo cristão, e saíam frequentemente impunes. O estado de violência constante estava se tornando cada vez mais insustentável e não havia resistência às ações Séléka, pois as FACA não tinham forças para o enfrentamento e a ajuda militar internacional não agia em áreas muito distantes da capital do país. Diante de tal situação, a solução encontrada por parte da população foi se juntar a uma milícia de trabalhadores rurais que lutavam com suas ferramentas de trabalho para defender suas terras e criações dos roubos dos bandidos. Assim ressurgiu o Anti-Balaka. (RUFANGES e ASPA, 2016)

O elemento de aglutinação do Anti-Balaka é o sentimento de sobrevivência e vingança contra os Séléka, e a vontade de acabar com o poder de Djotodia, líder dos rebeldes Séléka. Dessa forma, se somaram ao grupo ex-membros das Forças Armadas Nacionais, pequenos grupos de autodefesa local formados, justamente, para se proteger da violência dos rebeldes Séléka; criadores de gado e simpatizantes do governo Bozizé. (RUFANGES e ASPA, 2016)

Anti-Balaka pode significar, do Sango, anti-facção, ou, da tradução do francês, anti-balles AK, referente ao fuzil AK-47. O grupo provém do sudoeste do

RCA e em sua maioria é formado por cristãos. Eles são extremamente violentos como seu rival Séléka. Eles não seguem uma ideologia que representa todo o grupo, mesmo que haja pontos em comum, o que os une é a luta contra as ações Séléka. (KAH, 2016)

Não se pode negar o fato de que Séléka tem mais força por possuir melhores equipamentos de combate, mas ela também tem um foco: derrubar Bozizé. Os Anti-Balaka usam armas improvisadas, mas são mais numerosos em grande parte do país. O grupo cristão, além de lutar para se defender, começou a realizar ataques contra muçulmanos, chegando a dizimar vilas inteiras, queimar mesquitas e torturar civis. O conflito se intensificou com a violência de retaliação. (ABDENUR e KUELE, 2016)

Outro importante grupo rebelde que aterroriza a RCA é o Exército de Resistência do Senhor (LRA, sigla em inglês), originário da região norte da Uganda, liderado por Joseph Kony. Um dos grupos armados mais antigos e violentos do continente africano. Suas atividades violentas ameaçavam a segurança não só da Uganda e RCA, como já dito, mas também da República Democrática do Congo, Sudão e Sudão do Sul. O LRA está presente principalmente nas regiões Leste e Nordeste da República Centro Africana, mais especificamente na reserva de Zemongo, próxima à região de Kafia Kingi, que é rica em minerais, na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul. (TEBAS, 2016)

A Guerra Civil centro-africana foi propícia, também, à penetração e à fortificação desse grupo ugandense no país. Ali, o grupo praticou canibalismo, mutilação de lábio e membros e casamentos forçados com garotas sequestradas. Os rebeldes também estabeleceram contato com membros do Séléka com o intuito de aumentar a participação no tráfico de ouro e diamantes. (TEBAS, 2016)

A tensão fica cada vez maior pois, além do crescimento em número de pessoas refugiadas; dos grupos rebeldes; da violência crescente; dos atritos frequentes entre facções e entre forças apoiadoras do governo; poucos hospitais funcionavam e nenhuma escola podia abrir, por ordens do governo. As fronteiras foram fechadas, o que causou danos enormes na população, uma vez que muitos bens que entram no país passam pelo porto de Camarões e precisam atravessar a fronteira. Pela insegurança na capital, muitos serviços pararam, como o de transportes. (KAH, 2016)

No início do ano de 2013, as forças do Chade, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a União Africana (UA) se juntaram para obrigar o grupo rebelde a limitar sua presença a cidade de Damara e facilitar uma tentativa de negociação de paz com o Presidente Bozizé. Aceitos os termos, as partes se encontraram na capital do Gabão, Librville, para formular um acordo de paz. O acordo incluía a renúncia do líder Bozizé. Com a dissolução da Assembleia Nacional, novas eleições deveriam ocorrer até o fim do ano. Soldados estrangeiros apoiadores do governo deveriam voltar para seu país de origem, entre outros pontos. (HOOGSTRATEN e O'TOOLE, 2018)

Imediatamente após a assinatura do Acordo de Paz de Libreville, foi declarado o cessar-fogo e, como troca, o Séléka, representado por Djotodia, exigiu a inclusão de elementos da oposição no governo, a libertação de presos políticos e a retirada das tropas estrangeiras do país (como combinado no acordo), exceto a Missão de Consolidação da Paz na República Centro Africana (MICOPAX, Sigla em francês) da Força Multinacional da África Central (FOMAC). (ZARETE, 2015; HOOGSTRATEN e O'TOOLE, 2018; RUFANGES e ASPA, 2016)

Outro ponto fundamental foi a continuação de Bozizé no governo até o ano de 2016, que ambas partes, após o acordo, decidiram adiar, e assim, para garantia de cumprimento do acordo, as tropas rebeldes não teriam que se retirar das cidades ocupadas. E como exigido, Bozizé depôs o primeiro ministro, Faustin-Archande Touadera e dias depois nomeou Nicolas Tiangaye, um advogado especialista em Direitos Humanos, apoiador da oposição, porém que não pertence a nenhum partido. (CAMPOS, SANTOS, SILVA et al, 2016)

O Séléka não estava contente com a lentidão da implementação do acordo, apesar de parte dele já ter sido implementada. Então, lançou um ultimato ao governo

para honrar os aspectos acordados. Meses depois da assinatura, Séléka rompeu com o cessar-fogo e se direcionou à capital, Bangui, no dia 24 de março. Deram três dias para o presidente Bozizé acelerar as ações firmadas em Libreville. Ele até tentou, mas se viu obrigado a fugir do país para a República Democrática do Congo com seus familiares e oficiais do seu governo. (RUFANGES e ASPA, 2016)

A RCA conseguiu aproveitar um pouco de paz, pois os cidadãos estavam cansados dos conflitos no país, porém a trégua durou um curto período de tempo. Dessa forma, com nenhum progresso, foi somente uma questão de tempo até os conflitos reacenderem mais violentos que no passado.

4.2- Segunda guerra civil

Com a fuga do presidente, o líder dos rebeldes, Michel Djotodia, assume o país e segue cumprindo com o Acordo de Paz de Libreville. Tempos depois, o presidente suspende a constituição e finda com a Assembleia Nacional. O governo interino tentava restaurar a ordem do país, porém não tinha nenhum preparo para administrar a RCA, assim, a corrupção e a impunidade seguem descomedidas. O conflito torna-se mais violento, uma vez que o líder é um muçulmano em um país majoritariamente cristão. Cresce nesse momento a segunda guerra civil. Os Séléka seguiam pilhando, sequestrando e estuprando, desse modo, o líder dos combatentes rebeldes do Séléka decreta a dissolução da milícia. (HOOGSTRATEN e O'TOOLE, 2018)

Com a milícia dissolvida, surgem dela pequenos grupos que seguem espalhando a violência no país. Para se defender do grupo de maioria cristã, os Anti-Balaka vão até Bangui com o intuito de frear os revoltosos ex-Séléka, e o conflito toma proporções nunca antes vistas na República Centro Africana. Diante da violência generalizada, se fortificam e surgem mais grupos de ajuda humanitária na RCA, para defesa e proteção da população. (RUFANGES e ASPA, 2016)

Depois de nove longos meses na liderança do país, em meio a crescentes pressões internacionais e internas para controlar a violência, Michel Djotodia se demite em janeiro de 2014, em uma reunião com a Comunidade Econômica dos Estados da África Central, na cidade de Yamena, no Chade. O conflito já se apresenta em menores proporções, ainda em estado de violência. A partir de então,

a prefeita da cidade de Bangui, Catherine Samba-Panza é nomeada Presidente Interina até as eleições previstas para 2015. (MARIMA, 2015)

A nomeação da nova presidente foi bem vista, também, fora do continente africano. Seguindo a designação da líder do governo centro-africano, representantes da União Europeia (UE) assumiram o compromisso de reforçar a Missão Internacional de Paz, conhecida pela sigla MISCA, aumentaram o número de soldados com o apoio de militares de diversos países europeus. A UE prometeu à RCA ajuda financeira para alavancar a economia. (QUENUM e KRIPPAHL, 2016)

Samba-Panza não tardou para anunciar a composição do seu governo. Em 20 de janeiro apresentou o nome dos seus 20 ministros, dentre eles membros dos grupos rebeldes ex-Séléka e Anti-Balaka, se esforçou para colocar representantes mulheres nos ministérios. A presidenta buscou formar uma equipe que representasse as diversidades da República Centro Africana. (MARIMA, 2015)

Ainda durante o mandato de transição, Catherine Samba-Panza já estava reunindo forças para alcançar a estabilidade e a paz no território centro-africano, buscou incentivar a economia tentando atrair investimentos do exterior, procurou recompor o estado de direito; a educação estava entre suas pautas prioritárias. Ocorreram progressos significativos quanto ao apoio civil ao governo, mas muito ainda tinha para ser feito, pois essas ações tinham, ainda, que serem consolidadas. (QUENUM e KRIPPAHL, 2016)

Com a liderança de Samba-Panza, em maio de 2015 iniciaram o Fórum de Bangui, que contou com aproximadamente 600 participantes. A reunião teve como objetivo, partindo da visão coletiva, planejar o futuro do país. Os temas discutidos foram: paz, segurança, justiça, desenvolvimento social e econômico. O fórum contou com pessoas da sociedade, combatentes dos principais grupos armados, partidos políticos do país, grupos religiosos, entre outros. (DUHEM. 2015)

No período em que Catherine Samba-Panza assumiu o governo, o país estava ainda com ações de violência, a situação era difícil de contornar, entretanto ela centrou seus esforços, principalmente, na busca pela paz e na segurança para amenizar a tensão. O progresso foi alcançado, acordos de paz foram assinados e ações humanitárias foram reforçadas para dar melhores condições aos cidadãos da República Centro Africana. Muito ainda tem que ser feito, pois dois anos de governo não são suficientes para reverter o caos. O governo da primeira presidenta da RCA chegou ao fim em trinta de março de 2016. (QUENUM e KRIPPAHL, 2016)

Iniciado o governo do presidente Faustin-Archange Touadéra, ele segue muitos dos projetos iniciados pela sua antecessora, Samba-Panza, e busca consolidá-los, conseguindo manter um relativo equilíbrio, como já ocorria no governo passado. Ele mantém o controle da capital do país, Bangui, com a ajuda de parceiros internacionais. No entanto, as áreas remotas, distantes do centro administrativo, permanecem inseguras, à mercê dos grupos armados. (IRISH e ADLE, 2017)

Grupos rebeldes ainda seguem controlando algumas cidades importantes da RCA, mesmo com a presença das forças de paz das Nações Unidas. No ano de 2017, grupos de rebeldes, sobretudo quatro milícias que se formaram com a dissolução do Séléka, tomavam conta de sessenta por cento (60%) do território centro-africano. O país estava dividido em parte norte e oeste, ex-Séléka e parte, sul e leste, Anti-Balaka, mesmo assim a intensidade dos confrontos é menor que no passado. (CASEY-MASLEN, 2014)

Embora tenha diminuído a agitação, com a retirada das forças de manutenção da paz da França, os combates voltaram a crescer. Combatentes rebeldes mataram centenas de civis, agrediram sexualmente mulheres e crianças e devastaram vilas inteiras. Para tentar conter a evolução dos ataques, novos acordos de paz foram assinados com vários grupos armados, mas a violência e os abusos cometidos contra civis não cessaram. O acordo com a missão de paz da ONU foi renovado. A situação de Guerra Civil ainda é ativa na RCA na atualidade.

4.3- Interferência dos atores externos na instabilidade da RCA

A República Centro Africana, como o próprio nome já sugere, está no centro do continente, ela é rodeada por seis países: Chade, Camarões, República do Congo e República Democrática do Congo (RDC), Sudão e Sudão do Sul e alguns deles são muito instáveis politicamente. Os países citados acima, de alguma maneira, influenciam a política, economia e a segurança da RCA. Ao passo que estes são vizinhos imediatos, há outros que não comungam fronteiras com a RCA, mas que contribuem para a instabilidade do Estado. Esses países são: a ex-colonizadora França, Uganda, Líbia e Gabão. (KAH, 2014)

Assim, a instabilidade da República Centro Africana, que se arrasta por anos, se junta a complicações provenientes de sua localização geográfica e a constante

relação com os vizinhos, principalmente Chade e Sudão. No coração do continente, a RCA compartilha 5.920 quilômetros de fronteira da qual o país necessita para sua economia, para se relacionar com o comércio exterior, visto que a economia da RCA é baseada em agricultura, com grande produção, principalmente, de algodão e madeira; e em recursos minerais, como ouro, diamante, urânio e petróleo. Dessa forma, seus insumos e *commodities* pouco têm ajudado para o desenvolvimento do país, em muitos casos ajudou a disseminar a corrupção, delinquência e tráfico, pelas suas fronteiras porosas e com pouca segurança. (ALCALDE, 2017)

A fragilidade fronteiriça da República Centro Africana, em grande parte, é devido aos combates internos e conflitos em três países, principalmente: Chade, Sudão e a própria RCA, conhecidos como “o triângulo das tormentas” termo cunhado por Giroux et al (2009). Conforme o Sudão e o Chade estiveram cada vez mais envolvidos em conflitos e, dessa forma, se tornaram cada vez mais interconectados; a RCA se tornou também um membro deste sistema de conflitos regionais, pois a região da RCA oferecia um território, em grande parte sem governo, para o trânsito e refúgio de chadianos e sudaneses. Em meio ao triângulo das tormentas, a RCA, que já estava sobrecarregada com inúmeras divergências internas de natureza sócio-política e econômica, sofreu ainda mais com as interferências. (ALCALDE, 2017; GIROUX et al, 2009; KAH, 2014)

O Chade, vizinho ao norte da RCA, constantemente na história tem influenciado na política e segurança do Estado. No início do século XXI, Idriss Déby, presidente do Chade, apoiava o governo de Patassé, ex-presidente da RCA, eram grandes, até que em 2001 essa amizade experimentou sua primeira crise. Durante a tentativa de golpe ao seu governo, o presidente Patassé pediu ajuda ao governante do Chade na forma de tropas e materiais bélicos para fortalecer sua segurança, Deby negou o apoio, e assim começou a deteriorar-se a relação entre os dois governos. (WAR CRIMES, 2003)

Patassé, inseguro com as tentativas de golpes sofridas, demite seu chefe de gabinete, o general François Bozizé, por suspeitar de seu envolvimento nestes eventos, isso fez com que ele buscasse asilo no Chade, lugar em que foi bem recebido pelo presidente Déby, bem como pode contar com o apoio da França, Congo, Congo-Brazzaville e Gabão. (BERG, 2008) A intenção do Chade em apoiar a fuga de Bozizé, entre outros fatores, foi proteger seus campos de petróleo e tentar

resguardar a fronteira com a RCA, livrando-a de movimentos de rebeldes insatisfeitos com Patassé. (GIROUX et al, 2009; KAH, 2014; KAH 2016).

Do Chade, o general Bozizé conseguiu mobilizar forças com pessoas que não estavam satisfeitas com o governo de Patassé, isso com o intuito de assumir o governo da RCA. Assim, o presidente Patassé, desconfiando da ameaça, criou uma força especial fora do exército regular para conter a ameaça transfronteiriça dos soldados de Bozizé ao norte da RCA. (BAUTERES, 2012; DEBOS, 2008; GIROUX et al, 2009)

Essa força mobilizada por Patassé foi comandada pelo ex-comandante do Chade, General Abdoulaye Miskine. Este grupo era formado, em sua maioria, por mercenários e pessoas que tinham vínculos com o ex-presidente chadiano, Hissène Habré. Essas pessoas, comandadas por Miskine, cometeram muitas atrocidades contra a população do norte da República Centro Africana. Em 2002, as tropas do general, apoiando o exército da RCA sob as ordens do governante no período, Patassé, atacaram o norte do país para resguardar a fronteira com o Chade, causando muitas mortes. O exército chadiano, em retaliação, cruza a fronteira em aproximadamente 15 km para dentro da RCA para atacar o país. Assim, Bozizé, com seus soldados, se aproveita da situação para ocupar o local e terem uma posição estratégica dentro do país. Foi dessa posição que Bozizé e seus homens se prepararam para o golpe frustrado contra o governo de Bangui. (BAUTERES, 2012; WAR CRIMES, 2003)

Bozizé e sua tropa estavam cometendo muitos excessos no norte da RCA e, por causa das fronteiras porosas e dos inúmeros grupos armados que agem na região, estava sendo difícil de contê-los. Assim, no mês de novembro de 2002, na capital do Gabão, Libreville, os chefes de Estado da RCA e do Chade, na tentativa de resolver a crise entre os dois países, propuseram um acordo em que este exigia a partida de Abdoulaye Miskine para o Togo e, em contrapartida, François Bozizé seria enviado para a França. Assim, de lá de Paris, ele consegue se organizar e em 15 de novembro de 2003, volta à República Centro Africana com seus homens e logra o golpe no governo de Patassé. (BERG, 2008; KAH, 216; WAR CRIMES, 2003)

Após o golpe, Bozizé tornou-se presidente e subsequente a isso, ele se depara com seus apoiadores, dos quais muitos eram chadianos, cobrando as recompensas prometidas por ajudarem na ação contra a liderança de Patassé. Eles atacaram o governo e desenvolveram conflitos no país. Para apoiar o governo de

Bozizé e reduzir o conflito, o chefe de Estado Déby tentou mediar a situação, buscando um diálogo com os rebeldes de seu país. Essa tentativa do presidente do Chade teve alguns resultados positivos com alguns membros, conseguindo que estes voltassem para seu país, Chade, já outros continuaram na República Centro Africana e se juntaram à rebelião no nordeste da RCA. (DEBOS, 2008)

Esses rebeldes que foram para o nordeste da RCA se juntaram à facção UFDR (sigla do francês, União das Forças Democráticas para a Reunificação), esta como organização guarda-chuva atraiu antigos inimigos que queriam a derrubada do general. Nela estão presentes jihadistas islâmicos do Chade e Sudão, guerrilheiros ugandeses do Exército de Resistência do Senhor (LRA), além dos rebeldes Séléka, entre outros. (GIROUX et al, 2009; KAH, 2016)

Se tratando dos chadianos e seu envolvimento na República Centro Africana, eles estiveram presentes tanto em grupos de guerrilheiros e gangues de criminosos no norte e nordeste do Estado, como também, e principalmente, faziam parte da segurança pessoal do ex-presidente Bozizé. (GIROUX et al, 2009)

O governo de Bozizé começa com problemas e, para dificultar a situação, a relação dele com o Sudão era conflituosa. Bozizé chegou a acusar o governo sudanês de ter dado treinamento militar a grupos guerrilheiros no nordeste da RCA. Sudão auxiliava os rebeldes da região nordeste da República Centro Africana com a intenção de usar insurreição para chantagear e convencer o presidente centro-africano de reduzir sua relação com o Chade, pois este era inimigo do Sudão e assim, Cartum desapossaria Déby de um aliado na região. (PRUNIER, 2007)

Assim, pode-se notar que além da ingerência chadiana na política da RCA, o Sudão também fortaleceu a desestabilização desse país, pois o Estado sudanês se encontrava instável. Antes mesmo da revolta em Darfur ter se tornado pública para o mundo, o território do República Centro Africana foi um local importante no período da Guerra civil Norte-Sul sudanesa no ano de 1983 até 2005, data do seu término. (KAH, 2014)

A parte norte da RCA foi usada tanto por guerrilheiros quanto pelo governo sudanês. O grupo de rebeldes Exército Popular de Libertação do Sudão (sigla do inglês SPLA), do sul do país, formado nos anos 1980 para lutar contra as ideias do presidente Gaafar Nimeiry, que tentava implantar a política muçulmana no seu governo, a qual impunha a lei Sharia aos cidadãos, atravessou a fronteira Sudão-RCA na procura de comida e refúgio seguro. Enquanto isso, o governo, liderado por

Omar al-Bashir, usou o território centro-africano para atacar esses soldados rebeldes. (GIROUX et al, 2009)

Outro grupo de sudaneses que também invadiu a RCA e desestabilizou o país foi o dos caçadores. Eles, muitas vezes, saqueavam recursos naturais do país. Estavam fortemente armados e com frequência queriam aproveitar-se da fauna e da flora e, para isso, ameaçavam grupos de centro-africanos que tentavam impedi-los, defendendo sua terra. (ORGANIZED CRIME, 2011)

Em suma, a dinâmica do conflito dentro do “triângulo das tormentas” revela uma rede de Estados e atores não estatais que aproveitam estrategicamente alianças regionais e fronteiras fluidas para obter ou manter o poder. Já é sabido que cada Estado tem suas histórias domésticas que os direcionaram ao conflito. Esses conflitos locais criam turbulências regionais, como os conflitos no Sudão que influenciaram a turbulência no vizinho Chade e na RCA e vice-versa. (GIROUX et al, 2009)

Mapa 15- Zona de conflito nas fronteiras do Chade, Sudão e RCA



Fonte: Site BBC, 2007, s/p.

Saindo da tríplice fronteira do triângulo das tormentas, outros países do continente africano contribuíram para aumentar a tensão na República Centro Africana. Como exemplo, Uganda com o seu grupo guerrilheiro, o Exército de Resistência do Senhor (sigla do inglês: LRA). Este é um grupo de rebeldes que

surgiu depois do fim da Guerra Civil de Uganda, luta contra o governo ugandês na intenção de instaurar um Estado cristão, baseado nos dez mandamentos e na tradição da etnia acholi. (ALCALDE, 2017; KAH, 2014)

Uganda uniu muitos esforços para acabar com o LRA, obteve êxito com boa parte do grupo, mas muitos outros membros fugiram para outros países fronteiriços como a República Democrática do Congo e a República Centro Africana. Os guerrilheiros usam o território para uma variedade de propósitos, incluindo caça e retiro operacional. O LRA, onde passa, age com grande violência contra a população indefesa pela ausência de uma Força de Segurança Nacional: eles saqueiam, violentam pessoas, sequestram crianças e mulheres. (ALCALDE, 2017)

Apesar da redução significativa do grupo desde o ano de 2012, eles continuam sendo uma ameaça para a região central da África. O LRA continua a traficar os recursos naturais, pois assim que sustentam suas operações. Dessa forma, eles desestabilizam a política e segurança desses países em que transitam com facilidade por suas frágeis fronteiras. (ALCALDE, 2017; KAH, 2014)

Ao sul da RCA está a RDC, outro país que atormentou os centro-africanos, especificamente através do envolvimento de Jean-Pierre Bemba e da presença de suas tropas. Jean-Pierre Bemba é o líder do grupo chamado Movimento para a Libertação do Congo (conhecido pelo acrônimo francês MLC, para o *Mouvement de Libération du Congo*), este foi um grupo de rebeldes que lutavam contra o governo de Laurent-Desiré Kabila. (CAPELA, 2017; KAH, 2014; WAR CRIMES, 2003)

Jean-Pierre Bemba estava envolvido na tentativa de golpe que o ex-presidente da RCA, André Kolimba, perpetrava contra Patassé. Bemba teve uma ação contraditória durante a tentativa de golpe, pois mesmo que seus soldados estivessem dando apoio ao governo Patassé contra Kolimba e os rebeldes, ele auxiliou o mentor do golpe, o ex-presidente da RCA, a fugir após a ação fracassada. (WAR CRIMES, 2003)

Algum tempo depois, Patassé veio se relacionar com Bemba, buscando segurança, pois não confiava nas tropas do FACA. Ele então forneceu um grupo de soldados rebeldes, dentre eles havia mulheres, crianças, soldados, homens de origem congoleza, ruandeses e ugandenses, em troca do pagamento de 5 bilhões de franco CFA, moeda usada em alguns países africanos. Estes mercenários aproveitaram do tumulto pela tentativa de golpe feita por Bozizé na capital Bangui e cometeram vários abusos contra a população: saquearam cidades, extorquiram civis

e alastraram o terror na RCA. Eles agregaram mais força à instabilidade da República Centro Africana. (WAR CRIMES, 2003)

Outra grande contribuição às turbulências na RCA, vindas de atores não africanos, foi por parte da ex-colonizadora francesa. A França, desde o período colonial, já atuava nas questões internas do país, sua política de assimilação cultural, em que os nativos tinham que aprender modos franceses, língua, cultura e religião, para, principalmente, facilitar a exploração. A potência europeia tinha interesses econômicos, principalmente, no território no coração da África, ela explorava não só riquezas naturais como ouro, diamante, urânio, como também a mão de obra dos nativos. As empresas francesas que entraram na RCA no início da colonização, para coletar as riquezas do solo, tratavam os trabalhadores de forma brutal e violenta, fator que se somou à hostilidade da população oprimida. Pós-independência, a França seguiu influenciando na política da RCA. Ela interferiu nos diversos governos do país africano, apoiando golpes, articulando alianças e garantindo o aumento de suas riquezas em detrimento do sofrimento do povo africano. (ALUSALA, 2007)

O segundo presidente da RCA, General Bokassa, um líder perverso que se auto nomeou como imperador do país, cometeu enormes atrocidades contra a população. Esta clamava socorro para findar com seu desespero, necessitava da ajuda da potência europeia para se livrarem do ditador que liderava seu país. A potência francesa tinha grandes interesses nas reservas nacionais de urânio da RCA e com Bokassa no governo, França tinha vantagens e privilégios nas negociações com a nação centro-africana, por isso tardou dar socorro aos cidadãos africano e seguiu apoiando financeiramente o governo de Bokassa. Em 1979, quando Bokassa mandou prender e pessoalmente supervisionou a morte de, aproximadamente, cem estudantes, a França cortou abruptamente o financiamento ao país e Bokassa foi deposto na sequência de um golpe de Estado, por meio da operações militares das Forças Armadas da França com o objetivo de apoiar o presidente David Dacko a se instalar no poder. (ALUSALA, 2007)

O governo de Patassé também teve interferência, negativa, francesa, pois após sua posse, França findou seu apoio financeiro, pois o presidente tinha forte ligação e acordo com Líbia, o qual concedia à Muammar al-Gaddafi o direito de explorar os recursos de petróleo e minerais no país. O acordo com Líbia foi uma notícia indesejável para a França, a antiga potência colonial, que costumava gozar

dos direitos de exploração sobre os recursos do subsolo da RCA. França, desde o governo de Kolingba ajudava no pagamento dos salários dos servidores públicos, pois o país se via incapaz de cumprir com essa obrigação, porém com a posse de Ange Felix Patassé, a potência europeia retirou sua ajuda financeira. Com isso, houve greves de profissionais da área da saúde, educação e vários motins do exército. (ALUSALA, 2007; BAUTERS, 2012)

França seguiu interferindo nos seguintes governos da RCA, fez-se presente nas grandes Guerras Civis do país, intervindo quando era de seu interesse e deixando-os sem amparo quando entendia que não teria benefícios. Muitas vezes, sua interferência era para garantir a segurança de estrangeiros nacionais. Como antiga metrópole, a potência francesa se mantém vinculada à República Centro Africana, ela segue como a mais importante doadora de ajuda financeira aos centro-africanos, é a segundo país importador e sexto exportador da RCA.

A França, até a atualidade, tem presença na República Centro Africana, como, por exemplo em missões de paz como a MINUSCA (Missão de Estabilização Integrada Multidimensional das Nações Unidas na República Centro Africana), em que a potência está envolvida. A missão foi criada no ano de 2014 em resposta a crise política, a ausência de segurança e violação dos direitos humanos, para proteger os civis da República Centro Africana, dos conflitos que ocorrem no território. (ALCALDE, 2017; KAH, 2014)

Assim, pode-se perceber que muitos Estados interferiram na República Centro Africana e dessa forma, com frequência, agravaram a instabilidade do país. Essas nações tinham interesses próprios em desenvolver suas economias, proteger suas fronteiras ou em fazer alianças políticas, entre outras coisas. Essa ingerência foi muito danosa a RCA que até a atualidade segue devastada.

4.4- Considerações Finais do Capítulo

Dessa forma, os muitos anos de conflitos e instabilidade geraram grandes consequências sociais e econômicas, pois com isso se tornou diminuta a arrecadação da receita do governo e, somados à grande dívida externa, depreciam o desenvolvimento humano da RCA e o colocam entre os países mais miseráveis do globo em termos de PIB *per capita*. Tudo isso se deve aos interesses individuais dos

diversos atores que têm operado no território da República Centro Africana. (ALUSALA, 2007)

As duas guerras civis que estouraram na República Centro Africana geraram muitas mortes e destruição no país. Ele já vinha sofrendo com diversos conflitos em seu território, esses conflitos aumentaram de dimensão e se tornaram guerras civis. Dessa forma, a sociedade já estava sendo sacrificada com a instabilidade e violência, somada a isso a economia da RCA não era capaz de sustentar a obrigações de garantir saneamento básico, saúde e educação a sua população.

A economia está depreciada, pois a RCA não era capaz, nessa situação instável de conflitos, destruição e crises políticas, de desenvolver sua capacidade de produção. Dessa forma, o país africano dependia de auxílio de outros países para sustentar sua economia, assim a dívida externa aumentava e agravava a pobreza centro-africana.

Assim, a miséria no país aumentou e ele não tem condições de se reerguer com cidades devastadas, população sem casas, escolas e hospitais. Os conflitos ainda ocorrem, agora em menores proporções. Os países vizinhos somavam para a destruição da RCA, porque além de suas ingerências, os refugiados desses países entram na RCA fugindo de conflitos em suas nações, há também rebeldes que ajudam a intensificar a situação interna de devastação e pobreza da RCA.

Além disso, países fora das fronteiras centro-africanas interferiam em assuntos políticos da RCA, fato que agrava a instabilidade e como consequência, desencadeia a situação de miséria da população local, afastando cada vez mais a República Centro Africana da prosperidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invasão do continente africano pelos europeus foi iniciada por Portugal que explorou a costa atlântica e índica da África, fixou portos, escravizou a mão de obra, traficou pessoas, exauriu os solos e sugou quaisquer recursos minerais que poderiam ter algum valor.

Seguidamente à penetração de Portugal, a França invadiu o continente africano e iniciou uma nova fase de exploração intensa. No primeiro momento, com o intuito de traficar negros, sem muito envolvimento e, posteriormente, de maneira profunda, ainda que houvesse variação em diferentes regiões. A França contava com um mecanismo de dominação incisiva, que interferia de maneira direta na organização nativa africana. Muitas vezes, obrigava aos nativos a venerar as alegorias francesas, além de ensinar nas escolas o idioma e a história do colonizador.

Muitas outras potências colonizadoras adentraram o continente africano e trataram os nativos como animais, pregavam sua superioridade e se os africanos não estivessem de acordo, o impasse era resolvido por meio das armas. Milhares de pessoas, na época, foram retiradas à força de suas terras para servirem aos desejos ou ao capitalismo das potências subjugadoras.

Diante da invasão europeia, o povo africano não assumiu o papel de ator passivo nesse cenário. Apresentaram resistência desde o início da penetração, souberam lutar para defender seus territórios e conservar a crença e costumes; não permitiram, mesmo com menor poder de fogo para se defender, que europeus roubassem suas raízes.

A população africana também não estava satisfeita com os abusos cometidos pelas potências, pela exploração de mão-de-obra que era mal remunerada e do longas jornadas de trabalho exaustivo. Além disso, lutaram contra a altas tributações que eram cobradas sem nenhum benefício retornado população, pois esses cidadãos viviam na miséria, com falta de saúde e educação precária.

Potências imperialistas recortaram o continente africano, mesmo cientes de que este ato negligenciaria a cultura dos povos, causando o desmantelamento da região e conflitos armados. Vale lembrar, também, que essas potências manipulavam política e economicamente as elites locais, o que incitou, por vezes, as chamadas “guerras étnicas” ou “guerras internas”.

A República Centro-Africana, como muitas ex-colônias da Europa, foi esgotada pela metrópole francesa. Dominada por longos anos por empresas privadas que não se interessavam pelo bem-estar da população local, buscando somente lucro; o desenvolvimento foi quase nulo, a densidade demográfica caiu e a fome aumentou. Os interesses da metrópole giravam em torno de sua economia e bem-estar da população europeia, os benefícios não alcançavam africanos.

Assim, no ano de 1960, a RCA conquistou sua independência e o principal nome por traz desse feito foi Barthelemy Boganda, líder político que morreu no ano anterior a sua grande e sonhada conquista. Dessa forma, quem assumiu o Estado foi seu primo de tribo, David Dacko, com ele a esperança do povo foi se apagando no decorrer do seu mandato, pois seu governo foi autoritário e irresponsável economicamente. Dacko foi incapaz de desenvolver a economia centro-africana, afundou o país em corrupção, quanto a segurança, ela se apresentava ainda mais debilitada que no período colonial, com fronteiras violadas por rebeldes de Estados vizinhos.

Dessa forma, o General Bokassa, da mesma tribo que Boganda e Dacko se aproveitou da situação e deu um golpe no governo no líder David Dacko. O primeiro de muitos que sofreria a RCA. Assim, o Estado recém independente já estava passando por crises políticas, fato que agravou a situação do país deixando o mais vulnerável a ação de rebeldes nacionais que lutavam, entre outros motivos, por desenvolvimento em suas regiões no país, pois naturalmente as áreas onde localizavam as tribos dos presidentes e a capital eram mais assistidos e isso causava muitas revoltas no país.

Portanto, questões étnicas, religiosas e a corrupção de políticos que não tinham compromisso com a população causaram muitos conflitos na RCA. Esta situação agravou rivalidades entre tribos, uma vez que alguns governantes da RCA escolhiam para seu governo pessoas da mesma etnia e conseqüentemente mesma religião. Dessa forma, a atenção governamental era prioritária para a região onde nasceram, além da capital, Bangui. As outras regiões para chamar a atenção do governo para receberem saneamento, saúde e educação, principalmente, tiveram que fazer motins e conflitos.

A fragilidade política e corrupção na RCA eram interessantes para alguns países que se beneficiavam da situação, pois assim tinham mais espaço de manobras para as negociações. Países vizinhos da República Centro Africana e até

Estados não africanos apoiavam a instabilidade no país, pois tinham interesses pessoais econômicos e políticos, principalmente.

A França desde a colonização do território já explorava as pessoas e o solo. Aproveitava-se da mão-de-obra barata e dos vastos recursos naturais para sustentar sua economia que estava em ascensão. A potência europeia chegou a dividir o território de Oubangui-Shari para empresas francesas explorarem e dessa forma ela teria lucro sem muito esforço. Essas empresas obrigavam os nativos a trabalharem exaustivamente, por longas horas e em consequência disso eles eram privados de produzir para consumo próprio aumentando a miséria da colônia, as mortes e doenças. França até a atualidade se envolve em assuntos internos da RCA, tanto em economia, explorando recursos naturais e emprestando dinheiro, como na segurança, em conflitos cedendo soldados e criando grupos de ajuda humanitária; e na política apoiando golpes de estado, tudo isso por interesses econômicos de seu próprio Estado.

Conflitos em países que fazem fronteira com a RCA intensificaram a instabilidade política, econômica e da segurança. Dessa forma, por exemplo, a tríplice fronteira Sudão, Chade e RCA, chamados de Triângulo das tormentas é uma área de tensão, pois os três países passaram por guerras que transbordaram fronteiras e atingiram o país vizinho. Rebeldes tanto do Sudão, quanto do Chade penetraram a República Centro Africana causando terror na população local, saqueando vilas e violentando civis. Muitos desses soldados somaram forças aos rebeldes de facções centro-africana fortalecendo conflitos.

O governo do Chade, com frequência, influenciava na política e segurança dos centro-africanos. Seu presidente, Idriss Déby apoiou alguns governos da RCA enquanto tinha interesses em alianças políticas, quando este não servia mais ele apoiava seu rival e auxiliava em golpe de estado. Assim, o presidente do Chade apoiava golpes, golpistas, dava refúgio a políticos fugitivos, com interesses em apoio de governos na região e para resguardar suas fronteiras para proteger os campos de petróleo.

O Sudão, por sua vez, interferia com a intenção de fazer alianças com a República Centro Africana, e afasta-la de seu desafeto, Idriss Déby. Assim, o Sudão usava alguns motins e insurreições para chantagear o líder centro-africano para se afastar do vizinho do norte, Chade, o qual Sudão não tinha boas relações.

Uganda, por meio dos soldados do Exército de Resistência do Senhor, sigla do inglês LRA, ameaçou a segurança e desestabilizou a política da República Centro Africana. Fugindo da Uganda e Sudão, onde eram caçados, adentraram, com facilidade as fronteiras frágeis da RCA, para se refugiar, mas também para explorar os recursos naturais do território, traficar, saquear vilas, para sustentar suas operações.

A RCA, passou, em toda sua história por cinco golpes de Estado e todos eles tiveram apoio de outros países. Essa inconstância política foi responsável grandemente pela situação conflituosa que o país enfrentou em toda sua existência. Em quase sessenta anos de República Centro Africana, não houve paz no território além de os centro-africanos viverem em situação de extrema miséria sem estrutura de saúde e educação básica.

Dessa forma, sem base política sólida, devido à instabilidade causada pelos golpes e a corrupção somados às agudas rivalidades étnicas e religiosas, mais a ingerências de Estados vizinhos e não africanos em alguns casos, estourou na capital, Bangui, duas guerras civis que devastaram o país, matando muitas pessoas, deslocando milhares de outra para diferentes regiões fora do território centro-africano; destruindo casas, vilas, cidades, acabando com o pouco de dignidade que ainda restava.

Essas duas guerras duraram por mais de dez anos, derrubaram presidentes, foram responsáveis por deslocamento de milhares de pessoas, mortes, destruição, estupros, violência desmedida contra crianças e idosos, homens e mulheres sem distinção. Muitos países interferiram para auxiliar a população e conter o conflito, enquanto outros apoiaram facções rebeldes com soldados, munições e até ensinamento militar. Portanto verificou-se que a intensidade e gravidade da situação, até a atualidade, da República Centro Africana, é em sua maioria, devido a ingerência externa de países que por interesses políticos, de segurança e econômicos em benefícios exclusivos de seus próprios Estados.

A RCA até a atualidade não se recuperou da devastação e miséria, vive ainda em constantes conflitos. Os Estados que agravaram a instabilidade, seguem interferindo no país. Rivalidades étnicas e religiosas ainda são motivos para violência no território. Os últimos governos após a segunda guerra civil não passaram por golpes políticos, porém não se pode apagar a história e desse modo

as consequências das derrubadas políticas ainda são sentidas, pois grande parte da destruição se deve a este fato.

6.REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. KUELE, Giovanna. **República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito**. Instituto Igarapé. 2016.

ALMEIDA, Érica Reis de. **O pan-africanismo e a formação da OUA**. Revista geo-paisagem. Nº12. 2007.. Disponível em:<<http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>> Acessado em: 13/06/2018

ALUSALA, Nelson. **Armed Conflict and Disarmament: Selected Central African Case Studies**.ISS Monographs Series Nº. 129 March. 2007

ALCALDE, Jesús Díez. **Caos y violencia en la República Centroafricana, y la reacción internacional**. 2014. Instituto Español de Estudios Estratégicos.

ALUSALA, Nelson. **Armed Conflict and Disarmament: Selected Central African Case Studies**. ISS Monographs Series No. 129 March. 2007.

ANOBA, Ibrahim B. **4 Lessons from the Mad Emperor of Central Africa**.

Fundacion for economic education, 2017.. Disponível em: < <https://fee.org/articles/4-lessons-from-the-mad-emperor-of-central-africa/>> Acessado em: 28/06/2018

ASPA, Josep Maria Royo e RUFANGES, Jordi Calvo. **República Centroafricana: Transitando por la Encrucijada de la (in) Gobernabilidad**. Escola de Cultura de Pau / Centre Delàs d'Estudis per la Pau. 2016.

APARICIO, Sônia. **Las ruinas que dejó Bokassa. 2003**. El Mundo. Disponível em: http://www.elmundo.es/documentos/2003/04/guerras_olvidadas/rep_centroafricana.html Acessado em: 12/08/2018.

ATA DA CONFERÊNCIA DE BERLIM. 1885. Alemanha. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oD8EflmNT1gJ:https://m.amapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acessado em: 23/11/2019

BAUTERS, J. **A Taxonomy of Non-State Armed Actors in the Central African Republic**. Interns and Volunteers Series, Antwerp. 2012

BERG, P. **The Dynamics of Conflict in the Tri-Border Region of Sudan, Chad and the Central African Republic**. Washington DC: Friedrich Ebert Foundation. 2008.

BERMAN, E. G. and Lombard L.N. **The Central African Republic and Small Arms A Regional Tinderbox**. Geneva: Small Arms Survey, Graduate School of International and Development Studies, 2008.

BERNARD, Phillipe. **André Kolingba**. 2010 Le Monde.fr Disponível em: <https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2010/02/13/andre-kolingba_1305354_3382.html>. Acessado em: 20/07/ 2018.

BISSIO, Roberto. **Guía del mundo 2001-2002: el mundo visto desde el sur**. Instituto del Tercer Mundo. 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=4fB9DB74lv0C&pg=PA481&lpg=PA481&dq=el+gobierno+Andre+Kolingba&source=bl&ots=sWD7rVELdo&sig=OIkVXvWarQM8lh9sNViWqz0ZI1w&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwig4Ojg5OHcAhUHkpAKHWhOAj8Q6AEwCnoECAMQAQ#v=onepage&q=el%20gobierno%20Andre%20Kolingba&f=false>>. Acessado em: 11/05/2018

BITTENCOURT, Marcelo. **Partilha, resistência e colonialismo** IN.: Bellucci, B. (org.) *Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM/CCBB, páginas. 69-91.2003.

BIYIDI, Odile.; GRANVAUD, Raphaël.; TARRIT, Fabrice.; WATTENBERG, Antonin.; CHAREYRON, Alexis.; THIMONIER, Olivier. **La France d’hier el d’oujourd’hui**. Paris:Survie. 2006. Disponível em: <<https://survie.org/publications/brochures/article/la-france-coloniale-d-hier-et-d> > Acessado em 14/06/2018

BLOGSPOT GEOPTEINTER. **Mapas**. 2015. Disponível em: <<http://geopteinter.blogspot.com/2015/04/mapas-de-africa.html>> Acessado em: 12/06/2019

BOAHEN, A. Adu. **O Colonialismo na África: Impacto e Significação**. In: História Geral da África, VIII. África desde 1935. São Carlos: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf> Acesso: 15/06/2018> Acessado em: 14/06/2018

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004. BURKE, Peter.

BRADSHAW, Richard. FANDOS-RIUS, Juan. **Historical Dictionary of the Central African Republic**. 2015. Rowman e Littlefield.. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=aSxIDAAAQBAJ&pg=PA42&lpg=PA42&dq=EEAC+djotodia&source=bl&ots=epdo_bPW_K&sig=Glxm_vYXsu1hDKBDGOS5_aR2SKM&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwip3p7A2JrdAhWlipAKHXqtALMQ6AEwA3oECAAQAQ#v=onepage&q=CEEAC%20djotodia&f=false. Acessado em: 12/04/2018

BRONTE, Trinidad Deiros. El conflicto de la República Centroafricana a partir de 2013. IN.: **El creciente fenómeno de la utilización bélica en la infancia.** Aproximación multidisciplinar y estudio de caso: EUFOR RCA 2017

BRUNSCHWIN, Henri. **A partilha da África Negra.** São Paulo. Perspectiva, 2015.

BUCHANAN, Elsa. **Michel Djotodia: The former CAR President and leader of Seleka rebel militia.** 2013. International Business Times. Disponível em: <https://www.ibtimes.co.uk/who-michel-djotodia-former-car-president-leader-seleka-rebel-militia-factions-1600752>. Acessado em: 22/05/2018.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. SANTOS, Jéssica Tauane dos. VIEIRA, Nathália Gasparini Andrade. SILVA, Yasmin Virgínia Rustichelli da. **O conflito na República Centro Africana.** Série Conflitos Internacionais. 2016.

CAPELA, Filomena. Jean-Pierre Bemba Gombo vs o procurador: Jogo de espelhos no TPI. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 54, p. 73-88, jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992017000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 28/05/ 2019.

CASEY-MASLEN, Stuart. **The War Report: Armed Conflict in 2013.** 2014. Oxford University Press. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=VjvKBQAAQBAJ&pg=PA419&lpg=PA419&dq=ex+s%C3%A9l%C3%A9ka&source=bl&ots=C7kiKZuYWM&sig=aBVV2RDbzTe5P6rRiU65AjWHo30&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiMmK7sIsXdAhUHUJAKHdH_BDsQ6AEwC3oECAIQAQ#v=onepage&q=ex%20s%C3%A9l%C3%A9ka&f=false Acessado em: 22/08/2018

COSTA, María Elena Álvarez. **África Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales.** 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2011.

DEBOS, Marielle. **Fluid Loyalties in a Regional Crisis: Chadian 'Ex--Liberators' in the Central African Republic.** African Affairs, 1-17. 2008.

DOPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.** Rev. bras. polít. int., vol.42, n.1, pp.77-109.1999

DUHEM, Vincent. **República Centro-Africana: o que lembrar do fórum de Bangui.** 2015. Jeune Afrique. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/231902/politique/centrafrique-ce-qu-il-faut-retenir-du-forum-de-banqui/> Acessado em: 17/09/2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo Editora da Universidade de São Paulo. 2º ed. 1995.

FLECK, Isabel. **Definição sobre “Guerra Civil” no país não é clara.** Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/46365-definicao-sobre-guerra-civil-no-pais-nao-e-clara.shtml>. Acesso em 22/10/ 2019.

GHUR. Dhaneshwar e Benoît, MERCEREAU. **Political Instability and Growth: The Central African Republic.** 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=_4BIA7DsW94C&pg=PA11&lpg=PA11&dq=ange-felix+patass%C3%A9+o+presidente&source=bl&ots=C_yLtn66EA&sig=YSUJd9K0mi dpWSqASKGQuE6FxUg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi7vqmsiePcAhWBHJAKHckDCMkQ6AEwDXoECAIQAQ#v=onepage&q=ange-felix%20patass%C3%A9%20o%20presidente&f=false.. Acessado em: 25/07/2018

GIROUX, J. *et al.* **The Tormented Triangle: The Regionalisation of Conflict in Sudan, Chad and Central African Republic.** Crisis States Research Centre, London, n. 2, p. 1-24. 2009.

GERSOVITZ, Mark e KRIGER, Norma. **"What Is a Civil War? A Critical Review of Its Definition and Consequences,"** , World Bank Group, vol.2, 159-190. 2013.

HERNANDEZ, Laila Maria Gonçalves Leite. **África na sala de aula: visita à história contemporânea.** 4.ed. São Paulo: Selo Negro. 2008.

HOOGSTRATEN, Jan e O'TOOLE, Thomas E. **Central African Republic,** 2018 Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic/The-21st-century> Acessado em: 03/09/2018

HRW. **Etat D'anarchie.** 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-giTCwe3aNMC&pg=PA33&lpg=PA33&dq=boromata+birao+africa&source=bl&ots=nu7ISn7gTm&sig=KLttuaoxiJ-6dpZ0McUThohe-ao&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi-la3EqMXdAhWfGJAKHWKVB0E4FBD0ATAAeqQIARAB#v=onepage&q=boromata%20birao%20africa&f=false> Acessado em:11/09/2018

HUGON, Phillippe. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: FGV. 2009

INTERNACIONAL CRISIS GROUP. **Central African Republic: Priorities of the transition.** 2013. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/central-africa/central-african-republic/203-central-african-republic-priorities-of-the-transition.pdf> Acessado em: 13/04/2018.

IRISH, John. ADLE, Leslie. **Central African president pleads to U.N.: Don't forget us,** 2017. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-un-assembly->

centralafrica/central-african-president-pleads-to-u-n-dont-forget-us-idUSKCN1BV013
Acessado em: 15/08/2018

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880 -1914. In: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África - VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. UNESCO, Brasília, 2010.

KAH, Henry Kam. **A insurgência Séléka e a insegurança na República Centro-Africana entre 2012 e 2014**. Revista Brasileira de Estudos Africanos. 2016.

KAH, Henry Kam. History, External Influence and Political Volatility in Central African Republic (CAR). **Journal for the Advancement of Developing Economies**, Lincoln, v. 3, n. 1, p. 22-36. 2014.

KININI, Fangot Kini-Yen. **Pan-Africanism: Political Philosophy and Socio-Economic Anthropology for African Liberation and Governance**. Volume 2. 2015. Disponível em: <

<https://books.google.com.br/books?id=IMfQCgAAQBAJ&pg=PA511&lpg=PA511&dq=KINNI,+FONGOT+KINI-YEN+Boganda&source=bl&ots=kA-3PzajxS&sig=podcZy4656SIWnYNhJUUnRCvR2w&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjQ8tbfmOrcAhXBtlkKHxz3DEMq6AEwB3oEcaKQAQ#v=onepage&q=KINNI%2C%20FONGOT%20KINI-YEN%20Boganda&f=false>>.

Acessado em: 20/07/2018.

KI-ZERBO, Joseph. De Vasco de Gama al 2000. **Historia de una relación desigual entre Europa y Africa**. Roma Mentelmi, 2002.

LIMA JÚNIOR, David Marinho de. **A África Ocidental francesa e o surgimento do cinema na África negra**. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. 2013.

LOWER, Norman. **História do povo africano**. São Paulo: Penso. Ed.4. 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=3TU9DQAAQBAJ> HYPERLINK> Acessado em: 14/ 06/ 2018.

MACEDO, José Rivair. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>> Acessado em: 05/06/2018.

MACKENZIE, J.M. **A Partilha Da África 1880-1900 E o imperialismo europeu no século XIX**. Editora Ática S.A. São Paulo.1996. Disponível em:<
<https://www.passeidireto.com/arquivo/5293528/texto-05---a-partilha-da-africa---mackenzie-jm> HYPERLINK
"https://www.passeidireto.com/arquivo/5293528/texto-05---a-partilha-da-africa---mackenzie-jm"afrika HYPERLINK
"https://www.passeidireto.com/arquivo/5293528/texto-05---a-partilha-da-africa---

mackenzie-jm"--- HYPERLINK "<https://www.passeidireto.com/arquivo/5293528/texto-05---a-partilha-da-africa---mackenzie-jm>"mackenzie-jm> Acessado em: 03/06/2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Editora L&M Pocket. Porto Alegre. 1º edição 1998.

MARIMA, Tendai. **Can the Central African Republic's Samba-Panza hold it steady until the polls?**. 2015. African Arguments. Disponível em: <https://africanarguments.org/2015/10/15/can-the-central-african-republics-samba-panza-hold-it-steady-until-the-polls/> Acessado em 09/09/2018.

M'BOKO, Eliké. **África Negra História e Civilizações (do século XIX aos nossos dias)**. São Paulo. EDUFBA, 2011.

MELDRUM, Andrew. **Well meaning, but ineffectual, African independence leader**. 2003. Acessado em: 12/04/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2003/nov/25/guardianobituaries.andrewmeldrum>

MEREDITH, Martin. **The Fate of Africa: A History of the Continent Since Independence**. 2005. Acessado em: 23/07/2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7Rk5DgAAQBAJ&pg=PT215&lpg=PT215&dq=Meredith+bokassa&source=bl&ots=DBV13lt_IJ&sig=zNEHV0J0WoJUDsJTZQrAofBMVZ0&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwio4ICzp5fdAhXIHZAKHUJzAPQQ6AEwC3oECAMQAQ#v=onepage&q=Meredith%20bokassa&f=false

MEHLER, Andreas. MELBER, Henning. WALRAVEN, Klaas Van. **Africa Yearbook, Volume 4**. 2007. BRILL. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=aVGwKj6ER9kC&pg=PA216&lpg=PA216&dq=Gula+with+the+UFDR+rebels&source=bl&ots=ZpoZIYPqWd&sig=fIFA-vK8fz530rwdva7i5UztTJ0&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi9k_6huL_dAhWDkpAKHbAhDzwQ6AEwBXoECAMQAQ#v=onepage&q=Gula%20with%20the%20UFDR%20rebels&f=false Acessado em: 18/08/2018

MONREIRO, Jorge. **República Centro-Africana à beira de uma guerra civil**. 2012. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2012/12/20/republica-centro-africana-a-beira-de-uma-guerra-civil/> Acessado em: 08/09/2018

MORAL, Pablo. **Expolio, odio y venganza: la guerra que fractura a la República Centroafricana**. 2015. EOM. Disponível em: <https://elordenmundial.com/la-guerra-que-fractura-la-republica-centroafricana/> Acessado em 23/08/2018

MUNIÉ, Vincent . **Agonia silenciosa da República Centro-africana.**2013. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agonia-silenciosa-da-republica-centro-africana/> Acessado em: 13/08/2018.

N'DDIAYE, B. **Beyond Demobilisation: Challenges and Opportunities for Security Sector Reform in the Central African Republic.** The World Bank, Working Paper. 2007

ORGANISED CRIME AND INSTABILITY IN CENTRAL AFRICA: A Threat Assessment. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2011.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador. EDUFBA. 2011.

PRUNIER, Gérard. Armed Movements in Sudan, Chad, CAR, Somalia, Eritrea and Somalia, Berlin: **Center for International Peace Operations.** 2008.

POWELL, Jonathan M. THYNE, Clayton L. **Global instances of coups from 1950 to 2010 A new dataset.** Journal of Peace Research.p. 249–259. 2011

QUENUM, Frejus. KRIPPAHL, Cristina. **República Centro-Africana: “Ainda há muito por fazer”**, 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rep%C3%BAblica-centro-africana-ainda-h%C3%A1-muito-por-fazer/a-19054042> Acessado em: 16/09/2018.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral.** São Paulo: Contexto 6º. ed., 2001.

RIBEIRO, Luiz Dario T. Da Conquista Européia à Descolonização. In: . VISENTINI, Paulo G. F.; Ribeiro, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

ROJAS, Alberto. SOSZYNSKA, Marta. **La guerra más olvidada del mundo.** 2015. El Mundo. Disponível em: <http://lab.elmundo.es/conflicto-republica-centroafricana/guerra.html> Acessado em : 12/09/2018

RUFANGES, Jordi Calvo e ASPA, Josep Maria Royo. **República Centroafricana: Transitando por la Encrucijada de la (in) Governabilidad.** Escola de Cultura de Pau / Centre Delàs d'Estudis per la Pau.2016.

SENA, C. R. R. **FRANÇAFRIQUE: A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios.** 2012. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2ª. ed., 2002.

SITE ACADEMIC. **Ubangui River**. 2019. Disponível em <<https://enacademic.com/dic.nsf/enwiki/161687>> Acessado em: 26/09/2019
 SITE BRITANNICA. **Darfur Conflict Zones and refugee camps**, 2008. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Darfur>> Acessado em: 22/08/2019

SITE GEOGRAPHY. **África Equatorial Francesa**, 2015. Disponível em: <<https://geography.name/french-equatorial-africa/>> Acessado em: 21/07/2019

SITE GO.GROLIER. **Atlas**. 2019. Disponível em: <<http://go.grolier.com/atlas?id=mgsp0009>> Acessado em 2/11/2019

SITE NES.BBC. Notícias Mundiais, 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6157686.stm>> Acessado em 13/06/2019

SHILLINGTON Kevin. **Encyclopedia of African History**. London. 3-Volume. 2005..Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=umyHqvAErOAC&pg=PA156&lpg=PA156&dq=SHILLINGTON,+Boganda&source=bl&ots=xJiyIShth0&sig=nHsd2Zy52ZANPOq3VSDkYI2HFJ4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjD3r_ylercAhVLmVkkKHWAdCWwQ6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=SHILLINGTON%2C%20Boganda&f=false> Acessado em: 16/07/2018.

SOLER, [Xavier Valls](#). **Diamantes envenenados**. Historia y vida. 2018. Disponível em: https://www.lavanguardia.com/historiayvida/escandalo-de-los-diamantes-de-bokassa_11983_102.html Acessado em: 02/08/2018.

TAMSIR, Djibril. **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI** rev. Brasília 2. ed.: UNESCO, 2010.

TEBAS. Juan A. Mora. **El Ejército de Resistencia del Señor (LRA): 2016, ¿el principio del fin?** Instituto Español de Estudios. 2016

TITLEY, Brian. **Dark Age: The Political Odyssey of Emperor Bokassa**. [McGill-Queen's University Press](#), 1997. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=kEPbRmivj7IC&pg=PA264&lpg=PA264&dq=TITLEY+bokassa&source=bl&ots=QzGVVoYPabG&sig=xYCrSRRTZAynWHZgrdYzn-MCLWq&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjuorqdo5fdAhWBHpAKHYg6AmMQ6AEwCXoECAEQAQ#v=onepage&q=TITLEY%20bokassa&f=false>> Acessado em: 23/06/2018.

TRAJANO FILHO, Wilson.; DIAS, Juliana Braz. Anuário. **O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social.** Antropológico/2014, Brasília, UnB, v. 40, n. 2: 9-22.2015.

UZOIGWE, Godfrey N. In: BOAHEN, A. Adu (coord.). **História Geral da África – Volume VII. Capítulo 2: Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**. Brasília: UNESCO. p. 21-50. 2010.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **A Expansão Europeia Dos Séculos XV E XVI: Contribuições Para Uma Nova Descrição Geral Da Terra.** Revista Equador (UFPI), Vol.1, nº 1, p. 4-25 (Junho/Dezembro, 2012). Disponível em:< <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/854>> Acessado em: 02/06/2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África.** Porto Alegre. Leitura XXI, 2007.

VLAVONOU, G. **Understanding the ‘failure’ of the Séléka rebellion.** African Security Review, Londres, n. 23, v. 3, p. 318-326. 2014.

ZÁRATE, R. Ortiz. **Patassé, Ange Felix.** Biografias.2016. Disponível em: <<http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=patasse-ange-felix>>. Acessado em: 21/07/2018.

ZÁRATE, Roberto Ortiz de. **República Centro Africana.** 2017. Disponível em: https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/africa/republica_centroafricana/michel_djotodia Acessado em: 21/07/2018

WAR CRIMES IN THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC: When the Elephants Fight, the Grass Suffers.**International Federation for Human Rights**, No. 355, February 2003.

WARNER, Lesley Anne. **Flawed Peace Process Leads to Greater Unrest in the Central African Republic.** 2013 Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/12820/flawed-peace-process-leads-to-greater-unrest-in-the-central-african-republic> Acessado em: 15/08/2018

WEBER, Marx. **A política como vocação.** Trad. Maurício Tragtenberg, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

WHITEMAN, Kaye. **David Dacko Twice president of the Central African Republic.** Independent News.2003. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/obituaries/david-dacko-37519.html>> Acessado em 15/04/2018

WONG, Eduardo. **A Matter of Definition: Whats Makes a Civil War, and Who Declares It So?** The new York Times. 2006